

A woman is shown from the waist up, wearing a red belly dancing costume. The costume includes a beaded bra, a matching long sleeve with decorative cutouts, and a beaded waistband. A large, flowing red veil is draped around her. The background is dark and out of focus.

Laura Helena Sant'anna da Silva

A DANÇA DO 3 VENTRE

E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

 editora
UFMS



Laura Helena Sant'anna da Silva

A DANÇA DO 3 VENTRE

E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

 editora
UFMS



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
RESOLUÇÃO Nº 192-COED/AGECOM/UFMS.
DE 15 DE JUNHO DE 2023.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)
Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz
Andrés Batista Cheung
Alessandra Regina Borgo
Delasnieve Miranda Daspert de Souza
Elizabete Aparecida Marques
Fabio Oliveira Roque
Paulo Eduardo Teodoro
Maria Lígia Rodrigues Macedo
William Teixeira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)**

Silva, Laura Helena Sant'Anna da.

A dança do ventre [recurso eletrônico] : e o empoderamento das mulheres /
Laura Helena Sant'Anna da Silva. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2023.
105 p.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Bibliografia: p. 99-104.
ISBN 978-85-7613-622-4

1. Dança do ventre – Aspectos simbólicos. 2. Corpo humano – Aspectos simbólicos. 3. Mulheres – Psicologia. 4. Identidade de gênero. 5. Psicologia social. I. Título.

CDD (23) 793.3

Bibliotecário responsável: Jaziel V. Dorneles – CRB 1/2.592

Laura Helena Sant'anna da Silva

A DANÇA DO
VENTRE

E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Campo Grande - MS
2023

 **editora**
UFMS

© da autora:

Laura Helena Sant'anna da Silva

1ª edição: 2023

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica

TIS Publicidade e Propaganda

Revisão

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-85-7613-622-4

Versão digital: junho de 2023.

Edital AGECOM N° 7 /2022 - Seleção de propostas dos programas institucionais em fluxo contínuo para publicação pela Editora UFMS .



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

AGRADECIMENTOS

Eu considero a gratidão como um dos sentimentos mais nobres da existência humana. E sou grata por muitas coisas, pessoas e momentos durante o processo dessa escrita. É incrível notar como os meus passos foram direcionados para o caminho que trilhei até aqui. Os encontros e desencontros foram propositais!

São muitas pessoas a quem eu devo agradecer, talvez elas não saibam, mas, contribuíram cada uma de modo particular, para o momento presente.

Agradeço em primeiro lugar a Deus e a Nossa Senhora, por me alimentar na fé, me dando forças e me mantendo resiliente, só assim consegui superar todos os obstáculos surgidos no caminho da produção literária!

Sou grata aos meus pais, irmãs e sobrinhos, acima de tudo, pelo amor incondicional que recebo, pela compreensão da minha ausência em vários momentos. Sem vocês isso tudo não seria possível!

Agradeço ao apoio e carinho dos meus amigos, pelas saídas estratégicas que me fizeram descansar, rir e esquecer um pouco dos meus compromissos com a presente obra.

Sou grata à professora Dra. Jacy Correa Curado acima de tudo pela amizade que construímos ao longo desse caminho, pela orientação dedicada e interessada que me ofereceu. Agradeço pelas conversas informais, pelo acolhimento, por me chacoalhar toda vez que eu me sentia insegura. Você foi o meu porto seguro!

Quero agradecer a todas as mulheres que participaram dessa construção, compondo essa obra, àquelas que carinhosamente me concederam um tempo na agenda, me ofereceram a honra de ouvir as suas

histórias. Vocês contribuíram de forma sem igual. Gratidão àquelas que dançaram comigo, que cruzaram o meu caminho dançante, agradeço pelos nossos encontros nas aulas em grupo, nos palcos dos teatros e nos palcos da vida! Vocês construíram tudo que trago aqui! Agradeço à dança por me resgatar sempre!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DAWN	Desenvolvimento das Mulheres da Nova Era
FEM	Fórum Econômico Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Organização das Nações Unidas no Brasil
SciELO	Scientific Eletronic Library Online

INTRODUÇÃO

A presente obra é uma produção que buscou responder às questões provenientes da seguinte indagação: há empoderamento na prática da dança do ventre?

Para isso, fizemos uso das contribuições do Construcionismo Social, principalmente nos aspectos metodológicos. O objetivo foi compreender os sentidos da dança do ventre e a sua relação com o empoderamento das mulheres ao longo de quatro capítulos, fizemos um traçado histórico das origens da dança do ventre e identificamos quatro sentidos para a dança. Apresentamos o uso da categoria mulher em uma perspectiva de gênero como uma forma de posicionamento teórico e ético. Apresentamos também as construções sociais do feminino e os sentidos produzidos em distintos tempos históricos. Construimos as matrizes históricas do empoderamento e descrevemos sobre os diversos usos do empoderamento encontrados em duas bases de dados. Apresentamos o caminho para analisar o material encontrado, ou seja, o campo-tema, além do levantamento nas bases de dados e na literatura. Consideramos que há um empoderamento da mulher através da dança do ventre. Entretanto esse processo se faz através de lutas e resistências. Por meio de um corpo sujeito e agente de transformação, no qual permite espaço e condições para a ressignificação e nomeação de novos sentidos para um corpo em ação.

Compartilho com o (a) leitor (a) a motivação pessoal dessa narrativa, o meu campo-tema, minhas explicações para escrever sobre o empoderamento e a dança do ventre.

A busca por uma atividade “alternativa” que pudesse aliviar as minhas fortes dores menstruais me levou até a dança do ventre. Eu tinha

em torno de 24 anos quando fui diagnosticada com endometriose. A partir daí, passei por tratamentos dolorosos, incertezas, dores e medos. Eu me lembro das injeções calibrosas, do gelo para amortecer a pele e dos “furinhos” que ficavam em minha barriga, das quatro ou cinco cirurgias para a retirada dos focos de endometrioma dos ovários.

Foram muitas idas e vindas ao pronto atendimento para receber medicação intravenosa para o alívio das dores e as confusões dos médicos plantonistas sobre o meu diagnóstico. Em certa vez, eles tinham a certeza de que se tratava de uma crise de apêndice.

O diagnóstico da endometriose ainda é muito confuso, demorado e exige um acompanhamento sistemático pelos médicos, muitas vezes sendo possível por meio de uma videolaparoscopia.

A procura de algo que permitisse soltar, movimentar, sentir, libertar, era um desejo do meu corpo. Pratiquei por um tempo ioga e permaneci por dois anos, respirando, alongando e meditando. Mas, apesar de me sentir bem, faltava algo. Faltava movimento!

Após dois anos praticando ioga, fiz uma aula experimental de dança do ventre! Eu me lembro, quando entrei no estúdio de dança, ouvi a música árabe, as mulheres chegando para a aula, aqueles lenços coloridos e o som das moedas. Uma coisa linda! Eu me apaixonei pelo cenário, respirei e senti a magia da arte. Embora não seja fácil aprender os movimentos sinuosos da dança, a força dos tremidos ou a sutileza dos véus, eu queria muito aprender a dançar!

A minha recordação de iniciante na dança do ventre carrega uma imagem linda! A primeira aula foi em grupo. Olhei ao lado e vi mulheres movimentando os seus corpos, sorrindo, em uma linda sincronia! O meu coração transbordou de totalidade, amor e união. Difícil explicar. A partir disso o meu corpo mudou. As dores foram amenizando no período menstrual. Melhorou o meu humor e a minha autoestima. Ganhei

dias de alegria, cores, sons, e muitos passos de dança! Estudar a dança do ventre sob o olhar do Construcionismo Social e o empoderamento da mulher foi mais um passo nesse caminho.

O conceito de empoderamento carrega em si a potência transformadora e vibrante do qual eu desejei pesquisar na dança do ventre. Ele traz um potencial de ação de um projeto político emancipatório por meio de um processo que envolve variados componentes e tem sua ação no coletivo. É um conceito complexo, no qual inclui parâmetros e uma potência de ação que vai desde o componente psicológico ao político. É um conceito apaixonante!

O meu encontro com as abordagens emergentes, como o Construcionismo Social, aconteceu na graduação na Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ. A teoria Ator-Rede de Bruno Latour me proporcionou uma visão ampliada sobre as relações sociais e um posicionamento crítico sobre a vida. Os meus estudos na Fenomenologia se aproximaram ao Construcionismo Social dada a importância da nomeação de sentido ao fenômeno, levando-se em conta o contexto histórico e cultural e a visão da percepção social como algo construído no coletivo.

O olhar construcionista possibilitou uma visão crítica sobre os discursivos estabelecidos como verdades em diversos campos dos saberes. Essa perspectiva nos coloca no lugar de curiosidade e de interesse para compreender as narrativas que circulam durante o processo da pesquisa.

As aproximações com as teorizações de gênero e as discussões feministas foram importantes para compor essa escrita. Estudar o uso da categoria mulher em uma perspectiva de gênero possibilitou a reflexão sobre a construção histórica e social da mulher.

A partir desse relato pessoal construído através da minha experiência em relação à dança do ventre discorre-se brevemente sobre apresentação dos capítulos que compõe esse trabalho.

No primeiro capítulo “A Construção Social do Conhecimento e os Sentidos da Dança do Ventre nos Tempos Históricos” apresenta-se o olhar adotado para estudar o tema e os pressupostos teóricos do Construcionismo Social bem como a busca na literatura dos tempos históricos da dança do ventre para identificar seus sentidos: o sentido do sagrado, do pecado, entretenimento e o sentido da cura. A escolha do olhar do Construcionismo Social se deu pela possibilidade da liberdade de não se buscar “verdades absolutas” sobre os temas estudados, dando espaço para a curiosidade da escritora de conhecer as diversas narrativas que foram emergindo. No Construcionismo preserva-se a ideia de especificidade e a particularidade histórica e cultural do conhecimento. Todo conhecimento deve ser visto como o resultado de um momento histórico e cultural e precisa ser analisado a sua função e utilidade no contexto e não o entender como um conhecimento universal. As verdades construídas estão relacionadas ao fato de nossas práticas cotidianas gerarem conceitos, taxonomias e definições que não são universais, mas são funcionais a uma determinada maneira de entender a vida e são úteis para a vida cotidiana.

Ainda no capítulo um, apresenta-se a noção de campo-tema. Essa noção é importante para entender a forma de análise do material encontrado dentro do Construcionismo Social. Sob essa perspectiva, o campo-tema não é um lugar específico onde o pesquisador vai ao encontro com o seu objeto de estudo. Ele se refere a tudo que é situado à própria pesquisa (Spink, P. 2003). Aqui inclui-se tudo que diz respeito à busca por material seja ele acadêmico-científico ou não. Documentos de domínio público, telejornais, revistas de conteúdo geral, filmes, músicas, redes sociais, vídeos caseiros. Toda a forma de conhecimento é importante porque ele é visto como a situação atual de um assunto. Assim, não é o campo que tem o assunto, mas, o assunto que tem um campo.

No capítulo dois, “Mulheres Numa Perspectiva de Gênero, A Construção Social do feminino e do corpo”, discute-se acerca do con-

ceito de gênero, a construção social do feminino e o corpo na filosofia. Apresenta-se a discussão sobre o uso da categoria mulher e a pertinência do retorno dessas discussões na atualidade. Buscou-se na literatura da segunda onda do feminismo os sentidos para a mulher e identificamos os sentidos atribuídos para o feminino como os da fragilidade, da beleza e do amor. Contextualizou-se esses sentidos do feminino nas discussões acerca do empoderamento e nas discussões sobre o empoderamento.

Esboçou-se um histórico do corpo na filosofia percorrendo sobre o corpo nos vários momentos históricos do pensamento. Identificou-se os sentidos do corpo construídos nos tempos históricos como um corpo “vilão”, subordinado e à margem da racionalidade. Compreendeu-se que no tempo vivido, ou seja, em nosso tempo histórico atual, o corpo ainda carrega o sentido pejorativo de um corpo dividido que precisa ser “domado” pela razão. Discutiu-se também sobre o sentido contemporâneo do corpo que expressa a sua capacidade de transformação e movimentação, que é o conceito de corpo mídia. A noção de corpo mídia é importante para as discussões sobre o corpo na dança do ventre em sua potência de ação e mídia de si mesmo.

No terceiro capítulo “Os Usos e Abusos da Noção de Empoderamento” realizou-se uma busca nas bases de dados SciELO e Capes usando os descritores “empoderamento e mulher”. A partir disso foram construídas quatro matrizes históricas do empoderamento e dois eixos para seu uso. Discutiu-se alguns “abusos” do uso do conceito empoderamento por agências multilaterais financeiras e empresas de embelezamento. Em que distanciam o conceito de sua origem perdendo a sua potência de transformação social, política, econômica, cognitiva e psicológica e as mudanças que ele provoca no coletivo.

O capítulo quatro “Os Caminhos da Escrita” apresenta o estudo do material encontrado. Adotou-se, como já mencionado, a perspectiva do Construcionismo Social, em que o campo-tema corresponde a todo o

material produzido ao longo do estudo. Nessa visão, todas as etapas são simétricas, ou seja, todas possuem a mesma importância para estudo. A importância recai em todo conhecimento produzido.

O olhar da escritora foi buscar compreender e conhecer as diferentes versões de verdades, que circulam sobre o assunto durante todo o percurso da escrita. Assim, não se buscou uma “verdade” sobre determinado assunto. Entende-se as diversas “vozes” surgidas como mais uma narrativa que se apresenta sob determinado assunto. Sob essa perspectiva a verdade é mais uma das versões de sentido às experiências da vida e aos fatos. Há uma construção de realidades e várias narrativas presentes que envolvem as relações sociais, tempos históricos e culturais.

O capítulo cinco “Conclusões finais” apresenta as considerações sobre a literatura consultada e a construção de cinco tipos de empoderamento, são eles; o empoderamento financeiro, o psicológico, o cognitivo, o político e do corpo. Entendemos o empoderamento como, com tensões, conflitos, implicações e resistências ocorridas na vida das mulheres.

SUMÁRIO

1 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO E OS SENTIDOS DA DANÇA DO VENTRE NOS TEMPOS HISTÓRICOS.....	16
1.1 O construcionismo social	16
1.1.1 Postulados, pressuposto da abordagem do Construcionismo Social.....	18
1.1.2 Produção de sentidos, práticas discursivas e tempos históricos.....	21
1.2 A polissemia de sentidos da dança do ventre: o sagrado, o entretenimento, o pecado e a cura	25
2 - MULHERES NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO FEMININO E DO CORPO.....	35
2.1 A emergência da categoria mulher em uma perspectiva de gênero.....	35
2.2 A Construção social do feminino	40
2.3 Os sentidos femininos: Fragilidade, Amor e Beleza.....	45
2.4 Os sentidos do corpo na história.....	53

3 - OS USOS E ABUSOS DA NOÇÃO DE EMPODERAMENTO.....	62
3.1 Matrizes do Conceito do Empoderamento.....	62
3.2 Problematizando o “poder” - da noção em(poder)amento.....	70
3.3 O Mapeamento da Noção de Empoderamento nas Bases de Dados.....	73
3.3.1 O empoderamento nas políticas públicas.....	75
3.3.2 O uso do empoderamento pelos Organismos Internacionais.....	77
3.4 Alguns Abusos do Uso do Conceito Empoderamento.....	82
4 - OS CAMINHO DA ESCRITA	86
4.1 O campo-tema.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	98

1 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO E OS SENTIDOS DA DANÇA DO VENTRE NOS TEMPOS HISTÓRICOS

O “olhar” do Construcionismo e a sua postura crítica diante das verdades, crenças e práticas pré-concebidas possibilitam questionar ao que se apresentam como tradicionalmente aceito. Por meio das diferentes narrativas presentes na literatura e nas relações sociais, “ouviu-se” as práticas discursivas que nomeiam e dão sentidos às experiências humanas.

A noção de verdade como algo construído socialmente e o conhecimento visto como algo que se produz coletivamente foram aspectos que ofereceram espaço para a minha curiosidade, ampliando, assim, o interesse em conhecer as diversas narrativas que surgiram no caminho.

Buscando as origens da dança do ventre em diferentes tempos e compreendendo-a em uma perspectiva multicultural. Indagar as verdades, pensamentos e crenças acerca de algo, amplia e possibilita encarar a verdade como “pontos de vista” construídos histórica e culturalmente. Conhecê-los e questioná-los, enriquece o debate acerca do tema.

1.1 O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

O Construcionismo Social é uma prática, uma forma de ser e de estar no mundo. Dentro dessa concepção está a noção de “construção social”, isto é, a criação de sentido através de nossas atividades colaborativas (Gergen & Gergen, 2010). A noção de construção social não é de autoria única, muito menos exclusiva e unificada, ela pressupõe um significado de compartilhamento entre diferentes comunidades. A ideia fundante da construção social é a de que tudo que se considera como real

é resultante de uma construção social, isto é, nada é real a menos que pessoas concordem que assim seja. Aqui há um abandono do privilégio do individual pela relação (Gergen & Gergen, 2010).

Segundo Iñiguez (2002) o momento inicial da perspectiva construcionista foi com o artigo do Gergen, *Social Psychology as history* (1985) traduzido para o português como: Psicologia social como história. De acordo com Iñiguez (2002). Temos com um dos antecedentes o Interacionismo simbólico. Outro antecedente importante é a etnometodologia, uma corrente sociológica que analisa os processos mediante aos quais construímos nossas vidas, como a entendemos e a explicamos. Há também como antecedente, o trabalho de Berger e Luckmann (1966), especialmente na ideia de que os seres humanos sustentam os elementos da coletividade através das práticas sociais, embora representem um ponto de vista mais essencialista do Construcionismo. Para essa perspectiva os discursos aproximam-se da noção de linguagens sociais, que, na definição de Mikhail Bakhtin (1929/1995), são os discursos peculiares a um extrato específico da sociedade – uma profissão, um grupo etário etc. –, num determinado contexto, em um determinado momento histórico. “Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem é, por definição, uma prática social. Dessa forma, inclusive o pensamento é dialógico: “nele habitam falantes e ouvintes que se interanimam mutuamente e orientam a produção de sentidos e enunciados” (Spink, 2013, p. 27).

De forma geral todos os trabalhos produzidos na chamada crise da Psicologia social, a partir da metade da década de 1960 até o início dos anos 1970, que questionaram a ação da Psicologia social. Os questionamentos afirmavam que a prática realizada era pouco relevante socialmente, afastada dos interesses das pessoas, incoerente com os pressupostos teóricos que mantinham e inadequada metodologicamente. Essas perspectivas foram antecessoras do Construcionismo Social.

M. J. Spink e Medrado (2013) mencionam a perspectiva construcionista como resultante de três movimentos: na Filosofia, como um movimento de reação ao representacionismo, na Sociologia do Conhecimento, como um uma forma de questionamento da unicidade da verdade e na Política, como uma busca de empoderamento de grupos excluídos. Os autores explicam que os três movimentos são interdependentes e refletiram um movimento amplo de reconfiguração da visão de mundo daquela época.

Iñiguez (2002) ao discorrer sobre o espaço do Construcionismo na Psicologia Social, define como uma das principais características a não admissão de uma definição. O autor diz que poderíamos encontrar uma definição da Psicologia Cognitiva ou comportamental e de outras correntes, mas, não é possível dar uma definição de Construcionismo Social. Ele apresenta alguns postulados da corrente, mas, alerta que nem todos os autores do Construcionismo assumem esses postulados ou agrupam todos eles. Ele enfatiza que qualquer pessoa que agrupe algumas das características desses postulados pode ser considerada tendo uma postura construcionista.

1.1.1 POSTULADOS, PRESSUPOSTO DA ABORDAGEM DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

O primeiro postulado apresentado pelo autor é o questionamento das verdades acatadas. Deve-se questionar a maneira como nos ensinaram a olhar o mundo e não apenas isso, mas, também pôr em dúvida a forma pela qual nos ensinaram a olhar para nós mesmos. Esse postulado questiona qualquer princípio ou verdade pressuposta, aqui a verdade é criticada ou problematizada, buscando sua origem, seu processo, os efeitos que gera, a quem se prejudica, quem beneficia, por que surge em determinada época e não em outra. Sobre esse aspecto, Gergen (2010) acrescenta que muitas de nossas categorias são construídas socialmente e

a verdade somente pode ser encontrada dentro de uma comunidade, pois fora dela há o silêncio.

O Construcionismo Social dispensa a tarefa de decidir qual conjunto de valores, religião, ideologias são remotas, antigas, transcendentes, verdadeiras ou corretas. Nessa perspectiva tudo é válido para um determinado grupo de pessoas, as ideias construcionistas convidam a um pluralismo radical. Numa postura construcionista não há uma verdade única e transversal, aqui a compreensão da verdade é mais uma das versões de sentido às experiências da vida e aos fatos, assim, há uma construção de realidades, há várias narrativas presentes, que envolvem as relações sociais, tempos históricos e culturais.

Outro postulado do Construcionismo é a ideia que se deve considerar a especificidade e a particularidade histórica e cultural do conhecimento. Todo conhecimento deve ser visto como o resultado de um momento histórico e cultural e precisa ser analisado a sua função e utilidade no contexto e não o entender como um conhecimento universal. Assim, a adoção dessa perspectiva se faz a partir de uma desconstrução de verdades integralmente construídas em nossa cultura. As verdades construídas estão relacionadas ao fato de nossas práticas cotidianas gerarem conceitos, taxonomias e definições que não são universais, mas são funcionais a uma determinada maneira de entender a vida, são úteis para a vida cotidiana. Porém, são conflitivas, pois chocam-se com outros conceitos de tempos culturais diferentes dos nossos (Îñiguez, 2002). Isso não significa uma desistência da verdade, ao contrário, há um convite a enxergar todos os tipos de discurso de verdade originários em determinadas condições e em tempos culturais (Gergen & Gergen, 2010).

O terceiro postulado do Construcionismo é dos processos sociais como fundações ou sustentações do conhecimento, isto é, o conhecimento sempre é resultado de uma construção coletiva. As ações coletivas constroem nossa concepção de mundo. Se não houvesse interação entre nós, se não

falássemos uns com os outros, não produziríamos conhecimento. Para o Construcionismo todas as formas de interação são importantes, em especial a linguagem enquanto forma de interacionismo (Iñiguez, 2002).

Outro postulado é o do conhecimento inseparável da ação social em que todas as condições do mundo são expressões da ação e da negociação social, que podem ser distintas, como formas de relações, processos sociais e sociedades diferentes. É importante apontar que a interação constrói o conhecimento e este condiciona nossas relações. Para o Construcionismo o conhecimento não é algo que as pessoas possuem em suas mentes e sim algo que constroem juntas, o conhecimento é sempre resultado de uma ação coletiva (M. J. Spink & Medrado, 2013). O conhecimento não representa a realidade, é impossível distinguir entre o nosso conhecimento sobre o mundo e o mundo como tal. Deste modo, é difícil afirmar que existe ou não um mundo além das nossas produções culturais, pois não conseguimos distinguir o mundo do nosso conhecimento sobre ele (M. J. Spink, 2010).

Ter uma postura construcionista é buscar sempre o outro lado dos saberes, verificar suas consequências e sua origem e problematizar o ponto de vista que aparece como inquestionável ou verdadeiro. A orientação é antiessencialista, onde toda a realidade é um processo social, nem as pessoas e nem o mundo possuem, sob esse ponto de vista, uma natureza determinada, uma essência das coisas (Iñiguez, 2002). Uma outra característica do Construcionismo é o anti-realismo, ou seja, a negação da relação entre o conhecimento e a percepção direta da realidade e a crença de que a construção coletiva gera a realidade e as versões que possuímos dela. O conhecimento é uma atividade construcionista, construída num tempo e espaço específico, o conhecimento não é algo que se possui, mas, que construímos em coletividade (Spink, 2013).

A orientação do construcionista de especificidade histórica e cultural do conhecimento o diferencia da concepção da Psicologia con-

vencional. A ideia é que todo o conhecimento é específico de um meio cultural, mesmo o conhecimento produzido pela ciência social. Todas as teorias psicológicas ou sociológicas são produções de um tempo e de uma cultura determinada, não podendo ser definidas como descrições da natureza humana (Iñiguez, 2002).

Gergen (2009) cita algumas premissas do Construcionismo Social. A primeira delas trata da questão do conhecimento acerca do mundo, em que o autor diz que o que consideramos como experiência do mundo não determina os termos em que o mundo é compreendido. Isso se deve ao fato de o uso da palavra ser restrito ao contexto linguístico. A segunda premissa diz respeito à compreensão do mundo como artefato social, através de um empreendimento ativo e cooperativo de pessoas em relação. A terceira premissa diz respeito ao questionamento do conceito de verdade. Isso quer dizer que o entendimento prevalente que se sustenta através dos tempos, não depende de uma validade empírica do entendimento em questão, mas, na medida que ele seja questionado dentro da comunidade por seus interlocutores (Gergen, 2009). E a última premissa trata das descrições e explicações das pessoas sobre o mundo como forma de ação social. Essas descrições e explicações servem para sustentar e apoiar padrões à exclusão de outros. O autor ressalta que alterar descrições e explicações é desafiar algumas ações e propor outras.

1.1.2 PRODUÇÃO DE SENTIDOS, PRÁTICAS DISCURSIVAS E TEMPOS HISTÓRICOS

Na concepção do Construcionismo Social a linguagem é uma prática social na qual é vista entre os seus aspectos performáticos e as suas condições de produção, compreendidas nos contextos social e interacional e no sentido das construções históricas (M. J. Spink & Medrado, 2013). Essa concepção está centrada na linguagem em uso, assim, busca-se trabalhar a interface entre os aspectos performáticos da lingua-

gem e as condições de produção desta. Para exemplificar essa noção da linguagem como uma prática social, Iñiguez (2002) traz o exemplo da palavra “saudade” que no idioma castelhano não existe. O autor enfatiza que, embora exista uma palavra parecida em sua língua, ele pode mais ou menos ter a noção do que seja. Mas, o autor problematiza dizendo que ele pode falar de saudade em aproximação ao significado de nostalgia e melancolia, por exemplo.

A discussão trazida por Iñiguez exemplifica o fato de que quando alguém utiliza uma palavra como “saudade”, não está somente expressando um estado mental, ele está literalmente o construindo. E aquelas pessoas que não podem utilizar essa palavra, por não fazerem parte dessa comunidade linguística, não poderão literalmente senti-la. A linguagem nessa perspectiva é instituinte, ela tem uma ação, não se limita a refletir as coisas do mundo, ela atua sobre elas, participa da sua construção e além de uma ação sobre o mundo, a linguagem é também ação sobre os demais (Gracia, 2004). Para perceber tal ação basta prestar atenção aos efeitos sociopolíticos e psicológicos das práticas discursivas às construções linguísticas racistas, sexistas ou que estigmatizem de modo geral (Gracia, 2004). Pode-se dizer que o auge da concepção da linguagem ativa teve importantes ressonâncias em disciplinas como a Psicologia social e especialmente no Construcionismo Social. Acerca da linguagem ativa temos a regra da pragmática da linguagem, na qual se refere às condições de uso dos enunciados, com o autor fundante, o filósofo John Austin (Austin, 1962 como citado em M. J. Spink & Ferzza, 2013, p.17).

No Construcionismo os sentidos que damos a várias experiências, emoções e comportamentos são construções colaborativas, isto é, atividades criadas no coletivo em determinada cultura. Implica a crítica ao conhecimento como uma verdade única, trata-se de conceber a verdade como não absoluta e sim como a de nossas convenções sociais (Gergen & Gergen, 2010).

Para M. J. Spink e Medrado (2013) a produção de sentido é uma prática social, dialógica, onde a linguagem em uso garante as práticas sociais geradoras de sentido, buscando entender os discursos que atravessam o cotidiano e os repertórios nessas produções discursivas. Gergen e Gergen (2010) acrescentam que a maior parte dos conflitos humanos podem ter suas origens no processo de produção de sentido. As pessoas geram linguagens compartilhadas sobre o real e o bom, essas linguagens imbricam-se em seus costumes e convenções. A criação do “nós” e do “nosso modo” cria o externo “eles” e “do modo deles”. Assim, as pessoas no contexto de uma tradição podem enxergar os que estão de fora como equivocados, inferiores ou indesejáveis. Embora a análise das práticas discursivas dê-se num nível micro, a noção de contexto é abordada em vários níveis. Leva-se em conta as diversas formas de expressão das pessoas, dependendo do lugar onde estão, com quem estão falando e qual a forma de interação. Busca-se entender por que as pessoas falam certas coisas em determinado momento (M. J. Spink, 2010).

O sentido é visto também como uma construção social, um empreendimento coletivo e interativo, através do qual as pessoas nas relações sociais, marcadas historicamente e culturalmente, constroem os termos a partir dos quais entendem e lidam com as situações da vida cotidiana (M. J. Spink & Medrado, 2013). Isto quer dizer que não construímos sentido isoladamente e individualmente, essa construção se dá num contexto que perpassa questões históricas e culturais. Os processos de produção de sentido estão atravessados por interlocutores variados, nos quais são endereçadas (M. J. Spink, 2010).

Podemos definir *práticas discursivas* como linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas. A compreensão dos sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes. A natureza polissêmica da linguagem possibilita às pessoas transitar por inúmeros contextos e vivenciar variadas situações.

Para entender o modo como os sentidos circulam na sociedade é necessário considerar as interfaces de três tempos: o tempo longo, vivido e curto. De forma breve, seguem-se as definições de cada tempo, a fim de compreender as práticas discursivas em diferentes níveis nas produções de sentidos.

O tempo longo é o que marca os conteúdos culturais que formam a história de uma dada época e são constituídos por diferentes níveis de saber, tais como a religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum. São conhecimentos que antecedem a vivência da pessoa, fazendo-se presentes através de reproduções sociais, como instituições, modelos e normas. O tempo longo são construções que alimentam e permeiam a nossa produção de sentido no cotidiano (M. J. Spink & Medrado, 2013).

O tempo vivido é o processo de ressignificação dos conteúdos históricos, a partir da socialização primária e secundária (Berger & Luckmann, 1966 como citado em M. J. Spink & Medrado, 2013, p. 32). É nesse nível que acontecem as aprendizagens das linguagens sociais próprias, como os grupos profissionais, as faixas etárias etc. É no tempo vivido que internalizamos os afetos através da memória, onde ocorrem as narrativas pessoais e identitárias. P. K. Spink (2003) acrescenta que para a Psicologia Social, o passado está sempre no presente nos múltiplos contextos da polissemia diária. Assim, o autor citado, enfatiza que o passado está presente em muitas falas e em tempos distintos e não são homogêneas e sim heterogêneas, sendo às vezes consensuais e outras conflitivas.

O tempo curto é o tempo do acontecimento, da interanimação dialógica, onde é possível compreender a produção de sentido. Nesse tempo as combinações das vozes, estimuladas pela memória histórica do tempo longo ou pela internalização dos afetos do tempo vivido, se fazem presentes. Assim, para entender a dinâmica da produção de sentido na sociedade faz-se necessário considerar a interação entre esses três tempos: longo, vivido e curto (M. J. Spink & Medrado, 2013).

1.2 A POLISSEMIA DE SENTIDOS DA DANÇA DO VENTRE: O SAGRADO, O ENTRETENIMENTO, O PECADO E A CURA

A partir disso, apresenta-se um traçado histórico da dança do ventre, discorrendo sobre suas origens, em que indicam as versões de ancestralidade ao longo da história. Primeiramente faz-se necessário ressaltar a importância da cultura, religião, política da dança do ventre em suas diversas épocas e tempos históricos. Numa postura construcionista, não cabe julgamentos ou categorizações sobre uma outra cultura, que possui as suas particularidades e composições. O posicionamento adotado aqui é ocidental. “Assistimos” uma dança do ventre já ocidentalizada, em suas diferentes misturas e hábitos. Ressalta-se a importância de não se perder de vista a questão multicultural que envolve toda prática, pertencemos a uma cultura ocidental e latino-americana, a dança do ventre no Brasil não é a dança do Egito antigo e muito menos a do mundo muçulmano. Como bem ressalta Gergen & Gergen (2010) essa postura implica a uma abertura para as várias formas de denominar e avaliar. É um convite a uma postura de curiosidade e de respeito às outras culturas.

Exposto isso, a dança do ventre praticada no Brasil oferece um espaço do encontro com mulheres, das trocas de experiências, do aprendizado em conjunto, possibilitando uma abertura para novas formas de ser. Essa dança tradicionalmente dançada por mulheres é construída nas relações entre seus praticantes, desde a relação professora-aluna como na interanimação entre seus interlocutores.

Nas leituras realizadas sobre a da dança do ventre, através de algumas narrativas sobre a sua trajetória histórica, assim como, localizando os tempos históricos e culturais, pode-se identificar as produções de sentidos da dança do ventre. Os sentidos produzidos pela literatura foram: o sentido do sagrado, o sentido do entretenimento, sentido do pecado e o sentido de cura. Esses sentidos não se encerram em si e não impossibilitam a identificação de outros, apenas é uma produção ora realizada.

Os sentidos do sagrado encontram-se na descrição da origem da dança do ventre de todos os autores consultados. Dentre as várias possíveis origens da dança do ventre, Penna (1993) localiza o surgimento desta nos rituais sagrado no Egito antigo há mais de 5.000 a.C., no qual as mulheres dançavam em honra às divindades femininas que protegiam as águas, as terras, as mães e seus filhos. De acordo com a autora, a dança era oferecida à grande mãe natureza e foi desenvolvida entre os pré-sumérios, que habitavam a região entre os rios Tigre e Eufrates há dez mil anos atrás.

Evocar espíritos benfeitores, exorcizar forças maléficas e atrair energias dos astros eram algumas das expressões manifestadas por meio da dança. De acordo com Penna (1993), nessa época a mulher era ligada à natureza e a vida do povo era marcada pelo ritmo das cheias e vazantes dos rios Tigre e Eufrates. Na época do plantio, a terra e as mulheres eram fecundadas: uma pelo coito e a outra com o plantio das sementes. Como os ciclos da natureza eram algo inerente à mulher, era mais fácil entregar-se à deusa mãe que a protegia na hora de dar à luz, pois sustentada na fé elas seriam protegidas, uma mulher estaria emocionalmente mais forte para superar o período de gestação e o momento do parto.

Nessa época a mulher era vista como um presente dos deuses, como possuidora de todo poder, assim como a natureza ao seu redor que causava devoção, admiração e respeito (Aton, 2000). O sentido do sagrado está ligado à mulher e a natureza, a criação, o semear e o gerar vida. As mulheres eram vistas como uma “deusa”, possuidoras do dom de criar e eram confirmadas enquanto seres divinos, com propósitos sagrados. A dança era uma comemoração e oferta das energias divinas do ventre, da terra e da mulher.

Heródoto um historiador grego do século X a.C. em uma de suas viagens pelo mundo antigo, apresentou certa surpresa ao observar as práticas dos egípcios, diz o historiador: “Os egípcios parecem pessoalmente, em suas maneiras e costumes, ter virado pelo avesso as práticas

normais da humanidade. “As mulheres vão ao mercado, enquanto os homens permanecem em casa e tecem” (Harris, 1971 como citado em Sánchez, 2007, p.45). O historiador observou que as mulheres egípcias podiam ser vistas trocando produtos em mercado, trabalhando nas terras ou participando de celebrações ou festividades.

A mulher egípcia nessa época convivia com seus direitos, responsabilidades e privilégios inimagináveis em qualquer outra sociedade antiga (Sánchez, 2007). Podemos refletir acerca da construção do sagrado e os sentidos que ele abarca, aqui o sagrado parece carregar uma potência, uma ação. As mulheres egípcias faziam parte da economia, do trabalho na terra e em alguns casos também na política.

Mattar (2017) aponta a época da dominação grega no Egito em 332 a.C., como o período onde as culturas se misturaram, as artes e a religião passaram-se a influenciarem mutuamente. Nesse momento a dança possuía seu caráter sagrado e ritualístico preservado. As *Gawazee* eram ciganas que faziam parte de grupos fora do Egito, elas dançavam nas praças, mercados e nas ruas, algumas ganhavam moedas de ouro, que eram colocadas em seus cinturões. Alguns autores identificam esse grupo de ciganas como as responsáveis por espalharem a dança oriental por todo o oriente médio.

Segundo as leituras que tratam da história da dança do ventre, outro grupo de dançarinas que contribuiu para a composição da dança do ventre foram as *Awalin*, elas eram poetisas, musicistas, cantoras, médicas, algumas tinham conhecimento de matemática e astronomia. Diferentemente das *Gawazee* elas não se apresentavam em lugares públicos, exceto algumas exceções, elas possuíam um certo status elevado entre as artistas femininas (Mahaila, 2016).

Mattar (2017) identifica a decadência da identidade cultural do Egito após a conversão do seu império ao cristianismo, quando o Egito

permaneceu sob o domínio de Roma durante cinco séculos em 30 a.C., é nesse período que a dança do ventre passa a ter somente o sentido de entretenimento. O Egito é dominado pelos árabes muçulmanos em 642 e sob a essência do Islamismo a dança passa ser restrita aos palácios e haréns realizadas pelas *Awalin*. A dança ganha um aspecto refinado, onde a música é estudada e popularizada em todos os países árabes.

A autora Mahaila (2016) aponta que com a ascensão do patriarcalismo, no fim do período neolítico, período que vai aproximadamente ao X milênio a. C, houve um enfraquecimento do culto à grande deusa em várias regiões. A mudança do politeísmo para o monoteísmo religioso ocorreu ao mesmo tempo com o início do preconceito às dançarinas. O homem passou a acreditar ser o único responsável pela criação, colocando a mulher como mero veículo. Assim, a mulher perde seu papel de valor, tendo seus direitos alterados e aos homens foi dada autoridade absoluta sobre a família.

Segundo Mahaila (2016), existiu no Egito outra forma de dança que poderia ser realizada fora dos templos, que apesar de conservar movimentos das danças ritualísticas, poderiam ser assistidas nas praças ou em salões. Nesse momento identificamos o sentido de entretenimento construído à dança do ventre e que mais tarde parece ressurgir com força na segunda metade do século XIX. A dança passa a ser performática, isto é, realizada para espetáculos, e não mais inteiramente ligada ao sentido do divino.

Entretanto, para o Islamismo, essas atividades deveriam ser de acordo com os princípios éticos rígidos e restritivos do pensamento islâmico (Mahaila, 2016). Tendo em vista a impossibilidade dessa dança ser realizada dessa forma, com as vestes e os movimentos próprios da dança, a solução foi condenar a arte por completo. Para o Islamismo a mulher não deve mostrar seu corpo na presença de estranhos, as dançarinas na época eram as únicas mulheres que não obedeciam a essa lei e se apresentavam publicamente sem véu.

Aton (2000) descreve a ocupação das tropas de Napoleão Bonaparte ao Egito em 1798 com extrema violência às dançarinas chamadas *Gawazee*, onde quatrocentas delas foram entre outras barbaridades, mortas, decapitadas e jogadas no Nilo. Outras foram fuziladas com o pretexto de distraírem os soldados. Mahaila (2016) cita que algumas *Gawazee* também se prostituíam, o que segundo a autora, contribuiu para a má fama das dançarinas. A autora aponta ainda que a imagem da exploração do corpo da mulher como objeto do desejo masculino através da dança tenha surgido nessa exposição das *Gawazee*

Após a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egito e à Síria, a Europa conheceu o oriente traduzido pelo olhar dos colonizadores, instaurou-se nesse momento um interesse pelos escritores, pintores europeus atribuindo uma visão ao oriente que até então não se conhecia (Mahaila, 2016). Sobre esse aspecto o autor Said (2003), apresenta o termo *Orientalismo* para se referir a um modo de abordar o oriente na experiência ocidental europeia. Para o autor o oriente é o lugar das maiores e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, o seu rival cultural.

O orientalismo serviu aos colonizadores europeus e foi um empreendimento cultural britânico e francês para mistificar, representar ou imitar dentro de uma visão eurocêntrica determinados aspectos da cultura oriental (Said, 2003). O interesse pela vida das mulheres do oriente e a construção de um perfil feminino desse povo impressa na sexualidade e no sexo é atravessado pelo orientalismo discutido pelo autor Said.

A dança do ventre nessa época passou a ser marcada pela fama da sedução e sensualidade, que vemos até os dias de hoje, prejudicando as profissionais dessa prática, especialmente entre os árabes. Nesse período histórico produziu-se o sentido do pecado, onde as apresentações de dança do ventre foram proibidas no Cairo em 1834 e as *gawazee* foram exiladas para outras cidades. Somente em 1866 a proibição foi suspensa (Mattar, 2017).

Em seu livro intitulado “Cairo: amor, humor, solidão, xenofobia, medo, preconceito e outros bichos cabeludos”, a bailarina e autora Jade Jabel (2014) relata sobre a sua experiência de residir no Cairo pelo período de três meses para aprender o idioma árabe. A autora descreve a sua chegada ao Cairo em plena queda do governo de Osni Mubarak no ano de 2011. Dentre várias histórias de medo, alegrias e preconceito relatadas pela autora, ela usou a expressão “sentir na pele” o julgamento dos egípcios em relação a dança do ventre e quando foi questionada sobre a sua ocupação, ela decidiu omitir a sua profissão. A autora disse que a dança do ventre não é bem vista pelos egípcios, especialmente os muçulmanos. Muitos consideram dançar o ventre como haram¹, não existe escolas de dança do ventre, elas são proibidas por lei no Egito (Jabel, 2014).

Geralmente há apresentações de dança do ventre nos casamentos, Jabel (2014) presenciou um casamento egípcio, e em seu relato, descreve a dança do ventre, como uma dança sem glamour, executada por uma bailarina vinda de um lugar muito longe, que recebe um cachê miserável. Ela apontou sobre a questão da idade avançada da bailarina e sobre ela não ter um pai ou um homem que pudesse protegê-la. Com sorte diz a autora, ela poderá um dia se casar com um velho ou ser a segunda ou terceira esposa de alguém. Ainda sobre a bailarina Jabel (2014) acrescenta: “Ela vestia uma roupa barata, dançava para uma centena de bêbados e drogados, ela não tinha uma vida de artista” (p.102).

É interessante observar nos relatos trazidos pela autora, uma das formas da dança do ventre dançada no Egito, uma dança diferente de seus primórdios, uma versão da periferia que retrata em seus aspectos, a economia, o social e a religião. Além de denunciar o sentido do pecado, do proibido ligado à dança do ventre que perpetua ao longo dos tempos, como enfatiza Jabel (2014, p.139): “talvez a dança não tenha “saído”

¹ É um termo usado no Islão para se referir a qualquer coisa que é proibida pela fé.

lentamente do Egito por acaso... Talvez, de alguma maneira, Deus, com todos os seus afazeres, teve tempo de pensar em nós e não quis permitir que “nossa arte” acabasse...”.

Retornando à história da dança do ventre, em 1920 o estilo de cabaré é inaugurado nas noites do Líbano e Egito, com grandes espetáculos de dança. Logo as boates se espalharam pelas cidades para atender a demanda do público. O Cassino Ópera se tornou a primeira casa noturna egípcia construída no Cairo em 1926. Os espetáculos ganharam força e a dança passou a corresponder a uma grande demanda econômica, atravessando o sentido de uma dança tradicional para a de consumo (Aton, 2000).

Foi a época onde filmes foram produzidos no Egito e Hollywood passaram a investir na produção de obras cinematográficas com as grandes dançarinas da época. Esse período foi chamado por muitos estudiosos da dança do ventre, como a “era de ouro” da dança. Nessa época as bailarinas foram valorizadas e muitas enriqueceram e ganharam espaço no meio social, cultural e político da época. A dança do ventre estava ligada nesse momento mais uma vez ao entretenimento, que parece presente atualmente, onde há apresentações de dança do ventre em festas, restaurantes árabes e eventos.

Atualmente no canal televisivo “VIVA” encontra-se em reprise a novela “O Clone”, novela produzida em 2001 de grande sucesso nos anos 2000. Pode-se dizer que a novela espalhou a cultura árabe e a dança do ventre no país. Na época em que a novela foi exibida, era comum ouvir a reprodução de expressões em nosso dia-a-dia, tais como, “muito ouro”, “*Inshalah*”, “arder no mármore do inferno”, “jogada ao vento”, “ser sacrificada igual a um cordeiro”, entre outros jargões.

Na trama televisiva havia a apresentação das histórias de personagens submersos em uma cultura oriental e muçulmana. A personagem

central da trama, a “Jade”, era representada pela atriz Giovanna Antonelli e sua personagem dançava a dança do ventre somente em contextos bem definidos, como festas familiares e entre as mulheres do seu grupo familiar. As apresentações de dança entre as mulheres da família expressavam alegria e felicidade. Já as danças feitas para o par romântico da novela eram extremamente instigantes direcionadas para a sedução e conquista. A dança também era usada para despertar a inveja de sua rival.

Nesse momento, o Brasil conheceu uma dança do ventre sensualizada, popularizada e de grande entretenimento. Na novela os corpos das personagens que dançavam eram evidenciados, assim como os seus movimentos. A dança estava a serviço de algo, como um meio de conquista e sedução. Quem trabalha com dança há mais de 20 anos retrata com muita saudade essa época da novela pois “O Clone” movimentou o mercado da dança e houve uma grande procura por estúdios de dança do ventre. Houve um aumento da venda de trajes de dança, a procura por CDs com músicas árabes e também o interesse das pessoas por objetos que faziam parte da dança do ventre, como lenços de quadril, espadas, candelabros, véus. Hoje a dança do ventre no Brasil carrega alguns reflexos da novela, quando uma pessoa se refere à dança do ventre como a dança da “Jade”, ou a dança da cobra, expressa pelo tempo vivido, por meio das memórias de experiências vividas.

Encontra-se no tempo curto, isto é, no tempo presente, vertentes da dança que tentam resgatar o sentido originário e primitivo da dança, a dança feminina, ou seja, aquela dança marcada pela essência divina. Existe um movimento em todo o país de cura e libertação da mulher através da dança do ventre. Esse sentido está ligado a um resgate ao sagrado feminino, a ancestralidade da dança, para a mulher conquistar com a prática, um bem-estar.

Em seu livro intitulado “Sagrado Feminino” (2016), a bailarina Ju Marconato apresenta essa possibilidade, isto é, a dança do ventre como

um resgate à valorização do feminino. A autora aponta que através desse resgate é possível a mulher se conectar com a “essência primitiva”, perdida há tempos através do patriarcado. Marconato (2016) defende que a essência primitiva é importante para a mulher, pois a mulher traz consigo uma delicadeza, sensibilidade, acolhimento, beleza e amor, atributos naturais à mulher.

Segundo a autora em uma sociedade marcada pelo patriarcado e pelas constantes disputas em diferentes espaços, as mulheres se distanciaram dessa “essência feminina” e desenvolveram aspectos mais ligados a uma energia *yang*² (Marconato, 2016). Segundo Marconato (2016), nessa perspectiva a mulher não se sente valorizada, equilibrada e forte, pois os atributos naturais à mulher, tais como delicadeza e sensibilidade são vistos pela atual sociedade como aspectos de fragilidade. Para a autora essa percepção trouxe efeitos destruidores para as mulheres, como medo, insegurança e falta de potência.

A prática na dança do ventre ligada à cura da mulher vem se tornando cada vez mais comum nos estúdios de dança em que muitas mulheres procuram a dança para se sentirem melhor e mais seguras.

A dança do ventre nesse contexto está associada a um sentido de cura, ligado ao sentido do sagrado encontrado na literatura. Sob esse olhar, o sentido de cura possibilita a mulher o resgate de traços femininos, construído na era primitiva ligados ao poder criador e divino do ventre. Entretanto, o sentido de cura apresenta um feminino funcional e estrutural, onde a mulher representa uma essência, uma verdade universal. É mais uma das construções de sentido da dança do ventre apresentadas aqui.

² É a energia ativa, externa, dura e ascendente.

Podemos inferir que os sentidos construídos durante a história da dança do ventre tenham influências diretas na constituição desse sujeito que dança e em seu processo identitário. É possível que os sentidos dados a dança do ventre coexistam nas bailarinas que praticam a arte. Traçando assim uma trama complexa da constituição de ser bailarina de uma dança milenar.

Desta forma, estudar como os sentidos da dança do ventre foram construídos ao longo dos tempos históricos ora identificados, possibilita compreender melhor essa dança e seus impactos psicossociais para as mulheres e articular o diálogo entre dança do ventre.

Psicologia Social, empoderamento e arte.

2. MULHERES NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO FEMININO E DO CORPO

Nesse capítulo apresentam-se reflexões acerca do uso da categoria mulher em uma perspectiva de gênero como uma forma de posicionamento teórico e ético.

Apresentam-se também as construções sociais do feminino, os sentidos produzidos em distintos tempos históricos e os sentidos do corpo na filosofia. Dessa forma, espera-se problematizar criticamente uma possível naturalização da feminilidade e seus efeitos na legitimação das desigualdades de gênero.

2.1 A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA MULHER EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

O resgate da categoria mulher na presente discussão se faz importante para a desconstrução de uma naturalização do sentido de mulher, e assim, abrir possibilidades para novas discussões sobre a construção social, cultural e política da mulher. Além de possibilitar a reflexão sobre as diferenças e igualdades entre as mulheres, na ausência da nomeação de um sentido único para elas. Assim, utiliza-se a categoria mulher em uma perspectiva de gênero enquanto uma construção social, cultural, marcada historicamente.

Segundo Piscitelli (2002), a origem da categoria mulher vem do feminismo radical, na qual as mulheres são oprimidas, indiferentemente de questões de classe e raça.

Após uma busca nas diversas disciplinas, como História, Antropologia, Ciência Política, etc., as feministas questionaram o interesse dessas

ciências em considerar o ponto de vista das mulheres. Essa provocação deu espaço para a emergência dos “Estudos da Mulher” nas mais variadas disciplinas, chegando ao fato de contestarem algumas categorias de análise utilizada pelo feminismo na época, como o patriarcado. Esse conceito foi útil do ponto de vista político, porém trouxe alguns problemas. O patriarcado passou a ser usado sem que fossem trabalhados os aspectos de sua composição, sua dinâmica e sua história. Se tornou um termo praticamente vazio, definindo algo vago, tornando-se sinônimo de opressão às mulheres, de dominação masculina, considerado quase como uma essência (Piscitelli, 2002).

Piscitelli (2002), apoiada nas discussões de Nicholson (2000), traz uma contribuição importante a esse debate. De acordo com ela é preciso uma discussão em relação a uma nova formulação da categoria mulher em que se enfatiza a necessidade de abandonarmos a ideia de mulher ligada a um essencialismo, elaboradas no feminismo radical da década de 70.

Consequentemente Nicholson (2000) propõe uma nova formulação da categoria mulher imbuída de historicidade, sem um sentido universal definido a priori. O sentido de ser “mulher” não estaria disposto em uma característica específica. Estaria em meio a uma complexa rede de características que não se encontram pressupostas, mas sim, descobertas. A autora acrescenta que essas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos, em certos contextos, o que não quer dizer que possam ser universalizadas.

Desta forma, Nicholson propõe pensar em contextos específicos. A esse respeito, acrescenta:

“Abandonar a ideia de que pode-se definir claramente apenas um sentido para “mulher” não significa que ela não tem sentido. Em vez disso, esse modo de pensar o sentido encontrados dentro da história e podem ser documentados como tais. Não podemos pressu-

por que o sentido dominante em sociedades ocidentais industrializadas deva ser verdadeiro em qualquer lugar ou através de períodos históricos de limites indefinidos” (Nicholson, 2000, pp. 27-28).

Esse olhar não descarta que o corpo “bissexuado” teve papel importante na distinção entre masculino e feminino, e, portanto, no sentido de ser “mulher” num período da história. Deste modo, Nicholson (2000) sugere pensarmos o sentido de “mulher” com capacidade de ilustrar as semelhanças e diferenças que se cruzam. Nessa postura o sentido não é pressuposto e sim encontrado, não é algo que uma pesquisadora será capaz de encontrar sozinha, implica a compreensão de um esforço coletivo a ser realizado por muitas e em permanente diálogo.

Piscitelli (2002) acrescenta a essa discussão a necessidade política na qual o sentido da recriação da categoria mulher carrega. Essa nova formulação da categoria mulher possibilita reconhecer as diferenças entre as mulheres, como também mapear as semelhanças, na qual não inviabiliza a prática política, pelo qual de acordo com Nicholson não necessita um sentido definido para mulher. Para Piscitelli (2002) trata-se de políticas de coalizão, compostas por listas de reivindicações referentes às diferentes necessidades dos grupos que fazem parte temporariamente à coalizão. Sendo assim, a nova categoria mulher, trata-se de um esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo, a partir de um projeto político feminista. Deste modo, no presente estudo utiliza-se “mulheres” para expressar esse sentido de coalizão indicado pelas teorizações feministas.

O uso do conceito de gênero como uma construção de caráter socialmente imprescindível das diferenças baseadas no sexo é um dos usos mais recente do conceito e teve como influência a definição de gênero da autora Scott (1991) em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Nesse trabalho Scott apresenta quatro proposições, uma delas é que gênero é um elemento que compõe as rela-

ções sociais baseadas nas diferentes percepções entre os sexos, a outra, o gênero é uma maneira primeira de significar as relações de poder. Sob essa perspectiva, um dos principais usos de gênero se refere a uma construção social do feminino e do masculino. O que implica a uma rejeição do biologicismo e o essencialismo, questionando a hipótese de que existe um feminino universal.

Segundo a pesquisadora Adriana Piscitelli (2002) o conceito de gênero emergiu dentro dos debates dos “women’s studies” e sua formulação procurava superar os problemas e a insatisfação com a universalidade trazida pelas teorizações patriarcais que não resolvia toda complexidade da subordinação entre mulheres de diferentes posições sociais e culturais.

A autora Linda Nicholson (2000) atribui duas formas distintas para a palavra gênero. De um lado é usado em oposição a “sexo”, descrevendo o que é socialmente construído em oposição ao que é biológico. “Gênero” e “sexo” são compreendidos como distintos. A outra forma é a referência a toda construção social que tenha relação com masculino e feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”. Nicholson aponta que apesar da segunda forma do uso ter predominado no discurso feminista a herança do primeiro sentido sobrevive, para a autora: [...] o “sexo” permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino (p.2).

Nicholson (2000) aponta as origens de gênero à junção de duas ideias do pensamento ocidental moderno, a base material da identidade e a da construção social do caráter humano. No final dos anos 60, a distinção entre masculino e feminino era expressa pela determinação biológica, assim, as raízes das diferenças entre homens e mulheres estavam apoiadas pelo conceito de “sexo”. Em alguns países esse poder foi enfraquecido pela ampliação do significado do gênero, o termo era usado como referência às diferenças entre mulheres e homens apresentadas na personalidade e no

comportamento. Assim, o termo gênero não era um substituto de “sexo”, mas, “sexo” era essencial para a elaboração do conceito de gênero.

A autora Nicholson (2000) menciona a contribuição da obra de Rubin ao definir o sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos dos quais a sexualidade biológica e a procriação são modeladas pela intervenção social. Por este motivo, a autora dá importância para se levar em conta cada sociedade e os mecanismos pelos quais as convenções da sexualidade se produzem e se mantêm. Assim, a diferenciação sexual, a cultura se sobrepõe à natureza, isto é, a natureza ofereceria dados e esses dados mostrariam que a diferença é antes de tudo, cultural.

A respeito das diferenças entre homens e mulheres a autora Nicholson (2000) traz o conceito fundacionalismo biológico e determinismo biológico e como esses postulados se tornaram obstáculos para a compreensão dessas diferenças. Nicholson considera a noção do relacionamento entre o corpo, personalidade e comportamento como “fundacionalismo biológico”. A autora indica diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico. Esse por sua vez, pressupõe uma relação direta entre a Biologia aos aspectos da personalidade e comportamento, onde se determina a personalidade e o comportamento. Por outro lado, no fundacionalismo biológico os dados da Biologia são concomitantes com os aspectos da personalidade e o comportamento, sendo casual a relação entre eles.

O fundamentalismo biológico deixa um entendimento incompleto sobre a identidade sexual, pois ele mantém a ideia de que existem dados fisiológicos usados da mesma maneira em todas as culturas para diferenciar homens de mulheres, estes seriam os responsáveis ao menos parcialmente por certos traços comuns da personalidade e comportamento (Nicholson, 1999). O problema é que isso oferece uma limitação, pois ficariam de fora a intersecção entre raça, gênero, classe etc. Assim, Nicholson (1999), acrescenta que o feminismo precisa abandonar o fundacionalismo biológico.

gico e o determinismo biológico. A autora defende que os seres humanos diferem entre si não somente em termos das expectativas sociais, como também, em termos das formas como pensamos, sentimos, agimos e também a maneira que entendemos o corpo.

Por esse motivo é importante compreender as variações sociais na distinção entre masculino e feminino que vão até as formas culturais de se entender o corpo. Assim, o corpo se torna impermanente ao contrário de uma constante. Na perspectiva de se pensar o sentido de mulher que ilustre as semelhanças e diferenças existentes, onde o sentido não é pressuposto e sim encontrado, o corpo não desaparece. Ele se torna uma variável histórica específica, na qual o sentido e a importância são reconhecidos como diferentes em contextos históricos variáveis (Nicholson, 2000). Apresenta-se mais à frente a construção histórica do corpo e seus sentidos.

2.2 A Construção social do feminino

Para realizar a discussão sobre a construção do feminino, foi utilizada a literatura clássica do feminismo, da década de 1970 como Wolf, Mill, Norwood, Muraro, Beauvoir, Boff, bem como autores contemporâneos como, Tedeschi, Fonseca, Marqueti e Marqueti. Inclui-se os autores clássicos, pois acredita-se serem importantes nas discussões sobre o feminino e suas construções. Embora, localizam-se no feminismo da segunda onda, as obras são de grande importância pois introduziram as discussões sobre a naturalização da mulher. E em certa medida, encontram-se presentes atualmente em nossas práticas.

A escritora Rose Muraro (2007) aponta que a vida da humanidade foi em sua maior parte do tempo, marcada pelo equilíbrio entre os seres e a natureza, e entre os grupos humanos, os princípios femininos e o

masculino governavam juntos. Segundo a autora no começo da história da espécie humana, não havia lutas pelo poder ou por privilégios e sim a junção de forças para tornarem os grupos cada vez maiores. Isso acontecia também pela falta de conhecimento de homens e mulheres acerca da sexualidade e gestação. Na pré-história, os homens acreditavam que as mulheres pariam dos deuses e não deles. Foi com a descoberta do processo reprodutivo que o feminino foi dominado.

De acordo com a autora, a raiz dos desequilíbrios e pode-se dizer o primeiro de todos, foi o desequilíbrio entre o homem e a mulher. A divisão entre o feminino e o masculino é a raiz de todas as outras divisões. Muraro (2007) cita a passagem bíblica em gêneses, onde Adão e Eva viviam em perfeita harmonia com a natureza no paraíso, até serem expulsos por Deus, por terem sido contra ele. A autora acrescenta que essa separação entre os seres se deu pela dominância entre os mais fracos e os mais poderosos, numa relação de poder.

Roiz (2016) aponta que na antiguidade o corpo feminino passou a ser “diabolizado”, e mediado pela igreja, a fim de controlar a sexualidade feminina, suas práticas e condutas na sociedade. Sob as “tensões” entre o bem e o mal, a virgindade de Maria, a castidade e o cuidado com a família e o mal, a sexualidade, luxúria e perversões.

Ao procurar os modelos do feminino veiculados e defendidos pela igreja católica Tedeschi (2009) identifica dois paradigmas do feminino. Tais paradigmas tem em suas representações duas mulheres importantes na tradição cristã, “Eva pecadora” e “Maria virtuosa”, que são utilizadas pelo cristianismo para compor o universo feminino.

As definições do que é ser feminino e ser masculino ultrapassam a própria explicação biológica, ou seja, a presença do gene y no homem e x na mulher, elas variam de acordo com a história. As relações mudam quando, por exemplo, há escassez de alimento, há pouca água e adversida-

des dadas pela própria natureza, homens e mulheres podem se tornarem guerreiros e cruéis em tais condições.

Tedeschi (2009) aponta que nos discursos filosóficos-religiosos em diferentes momentos da história a sociedade enxergava o comportamento feminino, com base em discursos legitimadores de uma inferioridade “natural” das mulheres, o que conferia um caráter científico do que significava ser mulher.

Segundo Muraro (2007) os valores femininos foram construídos em torno da proteção da vida, da natureza, do amor e cuidado, por outro lado, os valores masculinos foram atribuídos na busca de mais segurança, progresso tecnológico, poder, que muitas vezes pode ocasionar prejuízo aos outros. Durante muito tempo, todos os homens e mulheres viviam sob os “valores femininos”, o compartilhamento das tarefas, a proteção à vida, nos cuidados com o bebê, a solidariedade, generosidade etc. Esses valores foram substituídos pelos “valores masculinos” que ainda predominam até os dias atuais.

A autora Fonseca (1999) traz à discussão a desmitificação do amor materno, sendo ele também construído socialmente como uma maneira de controle e submissão das mulheres, às necessidades do trabalho doméstico. Incorporando tais funções como naturais e exclusivas, mesmo quando elas saíram dos lares para o trabalho e demais espaços de produção social.

Fonseca (1999) aponta que para compreender as especificidades da vida das mulheres, no contexto da sociedade contemporânea, precisamos compreender as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. Essas relações parecem originárias da constituição das sociedades, tanto quanto na divisão sexual do trabalho. O que explica, de acordo com a autora mencionada, a naturalização do trabalho doméstico, a procriação e do cuidado com os filhos, como pertencentes ao mundo feminino. Fon-

seca (1999) identifica que o capitalismo consolidou o trabalho da mulher, naturalizando-o como mãe e dona de casa.

Muraro e Boff (2002) enfatizam que embora existam diferenças genéticas dadas pela questão biológica através dos hormônios masculinos e femininos, não podemos falar de uma programação genética fixa, pertencente a cada sexo, como numa visão essencialista. Podemos falar de diferentes matrizes no homem e na mulher, a partir das quais se opera com o meio sociocultural (Muraro; Boff, 2002). As matrizes e o meio agem como co-causas, pode-se agir sob cada uma delas, em especial o sociocultural, por exemplo, se o meio sociocultural favorece a competição, podemos considerar que nela o homem domine em quase todos os setores, deixando a mulher à margem da sociedade.

Muraro e Boff na obra: *Feminino e masculino, uma nova consciência para o encontro das diferenças* (2002), trazem que em uma sociedade capitalista, onde a competitividade é incentivada, oprime estruturalmente a mulher. Por outro lado, em sociedades onde a competição é reduzida e a cooperação é favorecida, a gratificação à mulher é maior e menor para os homens. Num meio social mais igualitário, os papéis sexuais são mais igualitários, fraternos e possuem sororidade feminina. Uma divisão social do trabalho, não tão binária, reflete diferenças menores entre os sexos, situação em que os homens podem apresentar comportamentos considerados mais femininos e as mulheres comportamentos mais masculinos. Os estudos transculturais confirmam essa hipótese, baseada na interação dialética ente o biológico e o cultural.

Muraro e Boff (2002) referem-se a “princípios” para descrever o masculino e o feminino. Conforme o autor, o uso da palavra “princípios” refere-se às relações originais que dão origem a elas. Significa dizer que o masculino e o feminino como princípios são como um jogo de relações que continuamente constroem o humano como homem e mulher. O ser humano nasce inteiro, mas, não está pronto. Ele é inacabado e para so-

breviver, precisa abrir-se ao mundo e as outras pessoas, intervir ao meio, trabalhar e fazer cultura.

Nessa perspectiva o princípio feminino regido pelos valores já citados, como o cuidado com os filhos, com a casa, com o marido, a amorosidade, beneficiaram a sociedade ao longo do tempo. Garantindo a continuidade da família e do lar, proporcionando liberdade e autonomia para os homens obterem o poder e dominância sob os demais.

De acordo com Rehbein & Chatelard (2019) nos séculos passados, os ideais de feminilidade eram o casamento, a dedicação da esposa com o marido, as atividades do lar e a maternidade. Os autores mencionados apontam que atualmente a maternidade prevalece, mas, o casamento está em crise. Por outro lado, as autoras Silvia & Rey (2011) afirmam que os ideais femininos como a maternidade, se modificaram com as transformações históricas e culturais, passando o valor à imagem, para as autoras, está relacionado a uma das possibilidades da estruturação da feminilidade, através da “captura do olhar do outro”. Além da mudança da relação da mulher com a sociedade, ocorreu também uma mudança dela consigo própria, com o seu corpo, onde ela expressa suas conquistas por meio dele (Silvia & Rey, 2011).

Simone de Beauvoir, em seu livro “O Segundo Sexo, a experiência vivida”, declara que ninguém nasce mulher, torna-se mulher. A autora afirma que não há um destino biológico que defina a forma que a mulher se assumirá na sociedade. O conjunto da civilização que elabora o produto intermediário entre o homem e a mulher que é qualificado como feminino. Segundo Beauvoir (1967) não é que misteriosos instintos destinem a mulher à passividade, à maternidade. É porque desde seus primeiros anos sua vocação é imperativamente instigada pela sociedade.

Tornar-se mulher para Beauvoir é uma consequência de um conjunto de normas e sentidos que constroem o feminino. Ela é antes de tudo

um ser humano antes de se tornar mulher. Esse conjunto construído pela sociedade, conta com traços como a passividade, o instinto materno e a amorosidade. Não existe uma determinação biológica para a feminilidade, não existe uma essência feminina. O sentido do feminino construído durante a história favoreceu e continua favorecendo as diversas sociedades e garante a permanência dos valores dominantes em cada tempo e cultura.

De acordo com Marquetti & Marquetti (2017) ainda é inconcebível para grande parte das pessoas, pensar o feminino sem associar as funções de mãe, esposa e amante. O feminino ainda é visto como o belo que deve ser possuído e protegido pelo homem, sem o direito de desejar algo diferente ao estipulado para o seu gênero, como por exemplo, gerar, cuidar dos filhos e do marido. As autoras acrescentam ainda que é difícil para a maioria das pessoas conceber que as mulheres vivam sua sexualidade livremente e ativamente, sem imposições, tabus e normas.

Acerca desse aspecto, o autor Filho (2005) ressalta que algumas mulheres associam a ascensão profissional e de status como ter prestígio e poder, à expressão do seu lado masculino. Assim como os homens identificam as suas necessidades de afeto referindo-se ao seu lado feminino. A cultura define comportamentos como sendo pertencentes a um ou outro sexo, aos quais homens e mulheres devem se reprimir para serem reconhecidos como homens e mulheres. Os atributos femininos parecem positivos se encontrados em mulheres, mas, desqualificam os homens que os possuem, o mesmo acontece com as mulheres.

2.3 Os sentidos femininos: Fragilidade, Amor e Beleza

O feminino foi construído a partir de sentidos atribuídos à mulher, pelas sociedades de diferentes culturas e em distintos momentos históricos, em que teceram padrões, regras e normas para elas. Apresenta-se a

identificação dos sentidos do feminino encontrados na literatura feminista da década de 1980. Os sentidos contemporâneos serão discutidos de certa forma no próximo capítulo sobre o empoderamento.

Os sentidos femininos como a delicadeza, amorosidade e fragilidade são identificações comuns à mulher. Quando alguém deseja retirar a força e potência de um homem, é comum nomeá-lo com esses sentidos. Todos nós já ouvimos a seguinte expressão: “parece uma mulherzinha”. Geralmente essa fala é endereçada a um menino que por algum motivo não conseguiu realizar uma atividade, como arremessar uma bola ou segurar um objeto pesado, ou pela demonstração de emoção, considerada feminina, como chorar. O sentido de fragilidade é cultuado na incapacidade de se realizar algo ou acreditar que não possa exercer alguma atividade e é especialmente semeado nas mulheres, encontrado nos pensamentos das meninas desde pequenas, em especial em relação à capacidade ou falta dessa em relação aos seus corpos.

O economista Mill (2013) em seu clássico feminista “A Sujeição das Mulheres” escrito em 1869 afirmou que natureza feminina é algo eminentemente artificial, resultado da repressão forçada em algumas direções e expostas como não natural em outras. E algumas capacidades da natureza da mulher foram colocadas em uma estufa para beneficiar seus senhores, os homens. O autor acrescenta que:

“Os senhores das mulheres queriam mais do que a simples obediência e eles usavam a força da educação para atingir seus propósitos. Todas as mulheres são criadas, desde muito cedo, na crença de que seu caráter ideal é o oposto do caráter masculino: sem vontade própria e governadas pelo autocontrole, com submissão e permitindo serem controladas pelo outros” (Mill, 2013, p. 191).

A autora Dowling em sua obra “O Mito da Fragilidade” (2001) sustenta que o mito expressou a ideia de que não se podia permitir que a

mulher seguisse seus interesses físicos ou mentais, pois toda energia que gravava era necessária para manter seus processos de procriadoras. Segundo Dowling (2001), no século XIX o confinamento das mulheres era visto como uma necessidade social, elas deviam cultivar a sua fecundidade, não seus dotes artísticos, não sua intelectualidade, e claro, não o seu corpo, o que foi conhecido como o “culto da feminilidade autêntica”. O homem acreditava que a mulher tinha que ser controlada, caso contrário a própria espécie corria risco. Em vista disso, insistia-se em um papel para ela. Uma ideia nomeada de feminilidade, um caráter, uma aparência apropriada, convencendo a mulher que a sua existência era potencialmente heroica, assim, justificaria qualquer renúncia.

O sentido da fragilidade trata da dominação social do corpo da mulher, limitando o desenvolvimento físico de meninas, é uma tentativa de mantê-las na crença de um corpo limitado, incapaz de correr quilômetros, de carregar objetos pesados e até mesmo de caminhar sozinhas em uma rua, sem a força física e a necessidade da ajuda física do homem. Sobre a construção desse sentido da mulher, Beauvoir (1967) aponta:

Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino (Beauvoir, 1967, p.22).

Esse sentido atravessa a sociedade até os dias de hoje, graças à família e em especial às mulheres que fazem questão de inserir as suas filhas ao mundo “feminino”. Acerca desse aspecto Beauvoir (1967) enfatiza:

“Uma das maldições que pesam sobre a mulher [...] está em que, em sua infância, ela é abandonada às

mãos das mulheres”. A mãe generosa deseja o bem para sua filha e pensa que é melhor fazê-la uma “mulher de verdade”, ou seja, aprender a cozinhar, a costurar, a cuidar de casa, a ter pudor, assim ela será mais facilmente aceita pela sociedade (Beauvoir, 1967, p. 22).

Dowling (2001) acrescenta que a armadilha do mito da fragilidade é muito parecida com a instituição da escravatura, que tornava os escravos dependentes de seus senhores e considerava-os como incapazes e deficientes. A ideia da fragilidade serviria para garantir o domínio dos homens. Se as mulheres fossem impedidas de se desenvolver fisicamente, a “masculinidade” dos homens estaria garantida. Sob esse aspecto Mill (2013) coloca que a limitação das mulheres em algumas áreas é mantida com o objetivo de manter a sua subordinação à vida doméstica, pois os homens não conseguem tolerar a ideia de viver em igualdade.

A crença de um corpo forte e potente é fundamental para a saúde mental, para a segurança física e para o sentimento de realização no trabalho e em relacionamentos. O estímulo da participação das meninas em esportes e em atividades ditas como “de menino” favorece o sentimento de poder e controle sob seus próprios corpos, segue uma pequena passagem do livro da autora Dowling (2001) que representa isso: “[...] os meninos não gostam que eu corra mais depressa do que eles, disse Amanda, a corredora mais rápida do sétimo grau. Mas, eu corro” (Dowling, 2001, p. 119).

Nos dias atuais, observa-se mulheres fisicamente mais fortes que muitos homens, existem muitas mulheres modelos de fisiculturismo, outras trabalham em empregos que exigem força e preparo físico.

Outro sentido cultivado e atribuído ao feminino é o do amor, caracterizado como uma essência pertencente à mulher. Desta, espera o carinho, a ternura, o cuidado e a doação para seus familiares e em seus

relacionamentos. Desde pequena a menina aprende que deve ser amável e compreensível com os seus pais, irmãos e colegas da escola, aprende que o que se espera dela é que ela seja uma “boa menina” não expresse raiva, teimosia e seja afetuosa sempre. Além disso, a menina é inserida ao “mundo feminino” da mãe, onde há um modelo de amor para as mulheres, amor que é endereçado a um outro, aquele a quem se deve amar e respeitar para todo o sempre, ou seja, o homem. É quase um culto a um Deus que detêm poder e satisfação, assim, a mulher se vê ao longo da vida à busca do destinatário de seu amor, seu afeto tem endereço, nome e CPF, basta encontrá-lo.

Temos na literatura infantil vários contos que exemplificam esse amor que vive a espera e a busca do final: “felizes para sempre”, o conto da cinderela, por exemplo, representa o amor libertário de uma vida miserável, trazendo a felicidade e a plenitude. A estória da Branca de Neve também tem como protagonista o amor que devolve a vida, na qual somente o beijo do homem amado, traz o despertar de um sono cadavérico. Sem contar nas muitas estórias, onde as princesas estão presas em torres à espera de um guerreiro que as salvem. Acerca das construções amorosas para o feminino retratada nos contos e da legitimação libertária do homem, Beauvoir acrescenta:

Nas narrativas contemporâneas, como nas lendas antigas, o homem é o herói privilegiado. [...] nos romances de aventura são os meninos que fazem a volta ao mundo, que viajam como marinheiros nos navios, que se alimentam na floresta com a fruta-pão. Todos acontecimentos importantes ocorrem através dos homens. (Beauvoir, 1967, p. 31)

Essas estórias trazem à tona as nuances do amor feminino, isto é, o amor romântico, que difere do amor sentido pelo homem, este geralmente é direcionado ao trabalho, em esportes ou hobbies (Norwood, 1998).

Outro ponto comum ao amor feminino é a premissa de que “amar é sofrer” a mulher deve ser paciente e compreensiva, esperar que o homem um dia reconheça o seu amor e o declare. O que é comumente romantizado pela nossa cultura, onde as músicas populares, a ópera, literatura clássica a romances, novelas, peças teatrais e filmes, bombardeiam de exemplos os amores que não são recompensadores e maduros. Esses modelos culturais confirmam que a intensidade do amor é medida pela dor que causa e que aqueles que sofrem amam realmente (Norwood, 1998). Levando todos a acreditarem que o sofrimento é um sinal de amor verdadeiro e a recusa ao sofrimento é egoísmo, além disso, leva a crença de que se o homem tem um problema, a mulher deve ajudá-lo.

Segundo a autora Norwood em seu livro “Mulheres que amam demais” (1998) a crença de que a mulher consegue mudar o homem para melhor através da força do seu amor e que é obrigação da mulher fazê-lo é tão difundida em nossa cultura, que reflete nos comportamentos diários das mulheres e mais ainda em sua psique. Os meios de comunicação pregam isso, como, por exemplo, revistas de interesse geral, publicam sempre matérias do tipo: “como ajudar seu homem a tornar-se...” enquanto artigos do tipo: “como ajudar a sua mulher tornar-se...” não existem em revistas equivalentes para homens (Norwood, 1998).

A mulher aprende desde muito cedo como cuidar de qualquer pessoa, menos dela mesmo, preocupa-se com os desejos e exigências de outros, mas, dificilmente reconhece em si seus medos, desejos e necessidades insatisfeitas. Poucos artistas fazem canções que falam de um amor saudável, nutritivo, maduro, do quanto é agradável viver um relacionamento de amor. E muitas vezes quando surge um amor que não é tóxico, louco e equivalente, a mulher não sabe como lidar, se relaxa, teme que não seja amor.

Segundo Rehbein & Chatelard (2019), atualmente há o declínio do amor cortês. Por outro lado, resiste o sonho da mulher viver um romance

amoroso. Entretanto, conforme os autores citados, muitas mulheres não desejam o amor idealizado, como o das novelas. Algumas preferem outras formas de “amar”. Há mulheres que não desejam manter um vínculo habitual com o seu parceiro e sim manter relações com vários parceiros.

Por fim, identificamos o sentido da beleza, entendida também como um componente natural do feminino, os propósitos e a serviço de quem ele se mantém, contribui para a compreensão sobre a composição do ser mulher.

Ao longo dos tempos, o padrão de beleza sofreu diversas transformações. Ora eram curvas, ora a magreza, e nos dias de hoje existe um novo modelo da beleza feminina: a mulher com músculos definidos conforme expressa uma geração “malhada”.

O clássico da literatura feminista “O Mito da Beleza” (1992), da autora Wolf, traz o mito composto de distanciamento emocional, político, financeiro e a repressão sexual, enfatiza que nada tem a ver com a mulher e sim com as instituições masculinas e de poder em que os atributos considerados belos nas mulheres são símbolos do comportamento feminino que cada época julga ser desejável. Assim, o mito da beleza determina o comportamento e não a aparência (Wolf, 1992). Para exemplificar essa afirmação, temos o período em que a juventude foi considerada “bonita” nas mulheres, pois representava a ignorância sexual e a falta de experiência. Assim como o envelhecimento na mulher é considerado “feio” porque ao longo do tempo as mulheres conquistam poderes.

A autora Martins (2016) aponta os sentidos trazidos por alguns contos infantis, em grande parte deles, não há protagonistas “feias”. A beleza é um trunfo das personagens o que contribuiu para um paradigma da feminilidade, como a doçura e a beleza. A autora traz ainda, que nas histórias infantis há a importância da obediência e a abnegação feminina,

o desejo feminino é subordinado ao masculino, inscrevendo-o às normas do patriarcado.

As mulheres burguesas do século passado consideravam a sua própria beleza como parte do sistema econômico. Conforme as mulheres exigiam o acesso ao poder, as instituições de poder construíram o mito da beleza para impedir, sob o prisma material, o progresso das mulheres (Wolf, 1992). À medida que as mulheres vão se tornando mais importantes, também a beleza adquire maior importância, quanto mais chegam perto do poder, maiores se tornam as exigências de sacrifício e preocupação com o seu corpo. A beleza passa a ser uma condição para a conquista de empregos melhores, funções e promoções no trabalho.

O sentido da beleza produz na mulher uma redução do amor próprio, o que resulta no aumento dos lucros de grandes empresas que investem em cirurgias plásticas e produtos de beleza, além de pregar a rivalidade entre as mulheres, distanciando gerações, criando uma desconfiança baseada na aparência física.

As autoras Marquetti & Marquetti (2017) articulam a feminilidade e o sofrimento psíquico, ao suicídio. Segundo elas, há historicamente problemas entre saúde e feminilidade, como as ligadas com os pés atados, salto alto, distúrbios alimentares, entre outras. A mulher se desdobra em ser uma “boa” dona de casa, “boa” profissional, como uma heroína, ela não pode deixar de ser linda! Por outro lado, encontramos nas mídias televisivas e nas redes sociais um movimento da valorização do corpo da mulher, como campanhas que valorizam o corpo.

Martins (2016) traz a história da princesa Fiona do filme “SHREK” a personagem do conto opta por permanecer “ogra” e não princesa e donzela, a história aponta uma transgressão aos padrões de beleza, uma maneira de contestar o valor e significado da beleza das mulheres, renunciando aos paradigmas convencionais.

As reflexões apresentadas aqui apontam a necessidade da transformação das regras, normas, padrões pelas quais a mulher está submetida, oferecendo condições e possibilidades para que ela possa criar os sentidos que expressem o amor por si e por todas as outras mulheres.

2.4 Os sentidos do corpo na história

Onde há arte, existe um corpo! Não existe uma dança sem um corpo. Por esse motivo, é importante trazer a essa discussão sobre mulheres, reflexões sobre o corpo, e identificar a polissemia de sentidos ao longo dos tempos históricos. O corpo parece ter sido um desconhecido, um “calcanhar de Aquiles” para a maioria dos pensadores ao longo da história. Dar um sentido e um pertencimento a esse corpo foi e ousa-se dizer, que continua sendo um grande desafio para muitos estudiosos e em alguns campos de estudos.

Para compreender a busca em pensar o corpo como objeto de estudo, apresenta-se brevemente o histórico do corpo na filosofia. Utilizou-se das narrativas do autor Melani (2012) encontradas em seu livro “O Corpo na Filosofia”. Esses sentidos discutidos e apresentados aqui, são de um corpo “ocidental”, embora encontramos esses sentidos também na dança do ventre.

É do senso comum a compreensão de que o corpo é a morada de nossas expressões, ele é visto como o responsável pelas apreensões que fazemos do mundo e pelos sentidos que estabelecemos com esse mundo. Esse entendimento é um reflexo de todo o percurso histórico onde o corpo foi discutido e pensado, sob um olhar dicotômico. Os sentidos mudam no decorrer dos tempos, por serem uma construção coletiva de contextos e épocas distintas. Os reflexos dessas mudanças históricas podem ser percebidos em expressões artísticas de diferentes momentos, como em esculturas e pinturas.

Na Filosofia grega, durante o período que se estende do final do século VI e início do século VII a. C, os filósofos tinham na natureza as explicações sobre a realidade. Dentro desse pensamento, o homem era capaz de compreender a natureza, por meio do pensamento racional (Melani, 2012). Esse período foi chamado de pré-socrático, onde a razão era o critério da verdade, do que era real. Esses pensadores entendiam a razão humana como uma entidade independente do corpo. O corpo fazia parte do mundo empírico, e era o responsável pela experiência sensível, responsável pela aparência enganosa, através dos órgãos dos sentidos. Assim, nesse pensamento, o corpo não levaria a compreensão transcendente da natureza, mas, ao inteligível. Por isso, tudo aquilo que vinha do corpo deveria ser rejeitado (Melani, 2012).

Dessa forma, progressivamente, a racionalidade foi se tornando um ideário comum, havendo uma supervalorização da razão e uma conotação negativa para o corpo, que passou a ser visto como um entrave para o desenvolvimento humano. É em Sócrates que a atenção dos filósofos muda da natureza para o homem. Esse filósofo não separou o corpo da alma, segundo ele ambos faziam parte da natureza do homem. Entretanto, para Sócrates os bens da alma estariam acima dos bens do corpo, para ele o corpo deveria ser subordinado aos ditames da razão, mesmo a alma e o corpo compondo uma mesma unidade (Melani, 2012).

Em Platão, a Filosofia aspira espiritualmente para uma evolução da alma em direção ao inteligível. A alma existe em si e pode se libertar do corpo encontrando a verdade ou a realidade inteligível. Assim, o corpo foi visto como uma prisão, um entrave ao desenvolvimento da alma. Para Platão o corpo era o palco das necessidades alimentares, dos amores, das banalidades, do apego e bens, atrapalhando a investigação da alma. Nesse momento filosófico, o corpo é fonte de discórdias, ignorância e loucura, onde a purificação da alma seria realizada através de uma transcendência dos sentidos, ultrapassando as influências corporais (Melani, 2012).

Para o filósofo Aristóteles, a relação entre corpo e alma não foi considerada um problema. O corpo e a alma eram um só. Aristóteles abriu as portas para o corpo e os órgãos dos sentidos, para uma revalorização, o corpo assume um papel superior às ideias de Platão, mas, ainda permaneceu no lugar de inferioridade e de dissociação em relação ao pensamento, que teria independência do corpo.

Na antiguidade, período considerado pós-Aristóteles, entre os séculos I, II e III, os pensamentos filosóficos e as escolas, foram subordinados aos problemas religiosos, especialmente ao cristianismo. O pensamento filosófico acerca do corpo era fundamentado no infortúnio, das turbulências e do incômodo, as sensações emocionais perturbavam a alma e tiravam o foco do homem para o seu desenvolvimento racional, considerada a única forma de se ter felicidade e prazer verdadeiro (Melani, 2012). No final da antiguidade, o discurso racional vai perdendo força e os temas filosóficos vão se misturando e subordinando à visão religiosa da época. A ideia nesse momento era de que a salvação da alma dependeria da libertação do corpo, o mundo material seria a origem da maldade. O corpo se insere como a porta do mal e até mesmo como o próprio mal. A salvação da alma implicaria na libertação do corpo. A alma deveria abolir as vontades, às emoções e aos desejos do corpo e se aproximar ao divino.

O veto ao corpo atinge particularmente o da mulher e é marcado através da proibição da sexualidade feminina. A mulher deveria voltar-se somente a procriação. O corpo da mulher era visto como uma tentação ao proibido, simbolizando o pecado. O corpo era perdição e pecado, se a alma fosse subjugada aos interesses carnis, não teria o direito à salvação, à imortalidade e ao reino de Deus.

Em Santo Agostinho o corpo não foi considerado um mal, mas, como algo a ser superado pela alma, a caminho da salvação. A alma precisaria voltar-se às vontades de Deus e sobrepor aos interesses da carne,

da gula, da sedução, e especialmente, dos prazeres sexuais, pois assim, o corpo se tornaria um espaço de pecado. O ideário do corpo dominando a alma foi compartilhado por Tomas de Aquino. Esse pensador entendia que caberia ao homem subordinar o corpo aos ditames da razão iluminada pelo divino, pois o corpo solto, sem rédeas da razão aproximaria o homem aos outros animais (Melani, 2012).

Com o pensador francês Descartes (1596-1650), o corpo ganha existência própria como substância extensa, ou seja, o seu funcionamento poderia ser compreendido da mesma forma que os outros corpos ou coisas da natureza, através da largura, profundidade, e pela fisiologia (Melani, 2012). Descartes buscava explicações mecânicas para o funcionamento do corpo, ele acreditava que existia uma glândula no cérebro que sediava a alma, funcionando como um elo entre o corpo e a alma. Aqui o corpo ganhou uma visão mecanicista. Ele foi reduzido aos seus elementos mensuráveis. A cisão mente-corpo se estabeleceu e ficou difícil superar o dualismo cartesiano que prevaleceu por muito tempo na Filosofia.

Foi no século XVIII, conhecido como o Século das Luzes, que a razão ganhou o sentido pragmático, ou seja, buscava conhecer os fenômenos a partir deles mesmos. Assim, o entendimento fragmentário sobre o corpo humano foi disseminado, a dicotomia corpo-mente se ampliou, mas, sob um outro viés, por considerá-la como local das capacidades superiores, o que na época era aclamado pelos homens. O corpo ganhou o sentido de máquina onde deveria ser estudado e mensurado. Em um momento histórico anterior, ele deveria ser subordinado aos designios de Deus, guiando-se pela alma, agora, ele deve ser analisado pelos instrumentos da razão.

Com a crítica feita a metafísica, Marx (1818-1883) inaugurou uma outra forma de se pensar o corpo. Para esse pensador, o corpo deveria ser pensado a partir da sua conformação social. No modo de produção capitalista, o trabalhador se adaptaria às máquinas, passariam a ditar o

funcionamento do corpo. Assim, o homem, seu corpo e a sua força se tornariam mercadoria.

É em Schopenhauer, filósofo contemporâneo de Marx, que o corpo ganhou importância. Para ele o homem só se tornaria indivíduo pela presença de um corpo e o conhecimento teria como necessidade a existência de um corpo. Schopenhauer acreditava que o corpo seria anterior a tudo na individuação do homem e seria sua base. Dentro desse pensamento o corpo seria vontade objetivada e a negação dessa vontade seria a negação do corpo, dos prazeres corporais.

Dessa forma, o sofrimento voluntário do corpo, a abstinência sexual, a fome, a negação das paixões, seriam o combate à vontade. O filósofo impôs um combate ativo ao corpo-vontade, como uma forma de ultrapassar o egoísmo e transcender a um estágio de paz imperturbável (Melani, 2012).

Nietzsche (1844-1900) traz luz ao corpo na Filosofia, em seu pensamento, o corpo seria uma inteligência em movimento, ampla e mais complexa que a razão. O corpo seria a razão maior e o pensamento racional seria a razão menor, dependente do corpo. Mas, um outro filósofo amplia a forma de se pensar o corpo. Merleau-Ponty traz a noção de corpo relacional, um corpo que percebe e sente o mundo e sente que percebe o mundo. Um corpo não passivo ao mundo, com consciência e ação, possível à transformação do mundo. Nessa forma de pensar, o corpo escapa ao dilema cartesiano, foge a prisão da alma, e não funcionaria na relação dual entre corpo-mente. O corpo é uma forma de relação com o mundo, o corpo é ser-no-mundo (Melani, 2012).

Essa breve exposição histórica, retrata a busca em dar sentido ao corpo no pensamento filosófico, e demonstra a trajetória do corpo subordinado, subjugado, fragmentado e até mesmo marginalizado por diferentes escolas filosóficas e religiosas. Fica evidente notar a dificuldade e o

estranhamento ao se pensar o corpo, que sente, que sonha, movimenta, paralisa, dança, salta, pula, caminha.

Apresenta-se como sentido do tempo curto e vivido, a noção contemporânea de corpomídia, em que o corpo constrói seu próprio sentido, o corpo em movimento.

A teoria Corpomídia é uma teoria da dança, foi desenvolvida pelas pesquisadoras Christine Greiner e Helena Katz e conta com uma abordagem interdisciplinar tanto para o corpo quanto para a mídia. O corpo é visto numa relação entre dentro e fora, que rompe com o dualismo entre corpo-mente. Aqui o corpo ganha um enfoque múltiplo. Ele é também mediador, no sentido de rerepresentar informações que capta do ambiente (Greiner & Katz, 2005).

Nessa visão o corpo não é um local onde recebe e armazena as informações do mundo, a relação entre o corpo e o mundo acontece num movimento de mão dupla, isso quer dizer que, não é a cultura que influencia o corpo, nem esse influencia a cultura. O corpo e a cultura estão imbricados, estabelecem trocas mútuas entre o interior e o exterior, entre o público e o privado. O corpo é produtor de cultura, por isso é impossível se pensar cultura sem os corpos que a produzem (Bittencourt & Setenta, 2005). Assim, o corpo é sempre um estado de um processo em andamento de percepções e cognições, é um movimento permanente em comunicação de seus estados.

As autoras Greiner e Katz (2005) apontam o corpo não como um recipiente. Segundo elas, o corpo vive num estado sempre presente, onde toda a informação que chega entra em negociação com as que já estão presentes. O corpo é o resultado desses cruzamentos, é uma noção de mídia de si mesmo que o corpomídia lida. Greiner acrescenta:

[...] não é com a ideia de mídia pensada como veículo de transmissão. A mídia à qual o corpomídia se re-

fere diz respeito ao processo evolutivo de selecionar informações que vão constituindo o corpo. A informação se transmite em processo de contaminação. (Greiner & Katz, 2005)

O corpo é mídia não apenas como comunicador entre outros corpos, mas, como produtor de comunicação. As relações de trocas entre o meio ambiente constroem o corpo que age de forma singular num presente imediato. O corpo está em permanente produção de ideias, sentidos, reflexões etc., de forma que essas ações, as produções de pensamento e a produção dos movimentos se constituem juntas, produzindo outros signos a partir de si mesmas (Greiner & Katz, 2005).

As contribuições trazidas pelas pesquisadoras sobre a teoria do corpomídia nos faz pensar no corpo na dança, como um produtor, mediador de conhecimento em sua atividade em relação ao meio. Um corpo que possui o “poder” de se movimentar e dar sentido a sua dança, um corpo que ressignifica sentidos, construindo novos. De acordo com a autora Hanna (1999), o corpo é a primeira forma de poder com que as pessoas se identificam, onde elas descobrem e dominam seus corpos no tempo, no espaço e em padrões de esforço.

Hanna (1999) conta-nos que uma certa vez, em uma pesquisa de campo sobre as peças de dança *ubakala*, da Nigéria, ela aprendeu que as mulheres defendiam seus direitos por meio da dança, em grande parte do mesmo modo que um grupo de interesses específicos pressiona em Washington, D.C. (p. 58). Atualmente conhecemos os efeitos destrutivos para a saúde humana, a concepção que dissociou o corpo da alma e do espírito. Perdemos a congruência e a coesão, sob uma visão fragmentária, que separa o organismo e o meio. A dança, dentro do olhar do corpo produtor de conhecimento e de cultura, possui força e poder, ela reverbera a experiência passada e presente. Habilita a mente a ter o poder dos sentimentos e ideias, a experiência corpórea, faz com que o corpo que

dança seja um importante veículo de comunicação, que transmite, reforça e desafia (Hanna, 1999).

Após essa breve exposição filosófica sobre o corpo, compreendemos como os sentidos construídos ao longo da história, contribuíram para uma imagem negativa do corpo. Observou-se também que a evolução do pensamento sobre o corpo acompanhou a evolução do pensamento filosófico, especialmente nos aspectos em que a religião e a política tentaram controlar, impor normas de condutas, marginalizando o corpo e tornando-o algoz.

A visão dicotômica, de um corpo fragmentado, ora sagrado, ora imoral, pecaminoso, existiu por muito tempo na história e ainda existe na contemporaneidade. Como apontado pela autora Salvador (2011):

De um lado, as religiões, a sociedade e muitas vezes a política tentam convencer as pessoas de que o corpo e todas as atividades que o tocam sensivelmente como as artes e o sexo, por exemplo, são atividades que devem ser evitadas. (Salvador, 2011, p.15)

A dança como expressão do corpo, também foi atravessada pelo sentido negativo do corpo e passou a ser “mal vista” pela sociedade. O ballet clássico por muito tempo foi a única dança bem aceita tanto pela política como pela religião, o corpo no ballet era a representação da perfeição, do intocável e “puro” (Salvador, 2011). A movimentação do ballet e os seus enredos clássicos, com a sua rigidez corporal e exigência técnica, demonstravam o possível controle de um corpo mecânico.

Compreende-se um dos sentidos da dança na contemporaneidade, ainda que transformações tenham ocorrido, encontra-se a presença do sentido negativo à dança, sob a exigência de um corpo controlado e sob o olhar de um corpo imoral e pecaminoso, especialmente as danças que

expõe o corpo da mulher e permitem movimentações sinuosas e de impacto, como a dança do ventre.

As reflexões trazidas até esse momento, indicam a necessidade da mulher questionar os valores femininos que se impõem a ela, em diferentes culturas e sociedades. Os sentidos do feminino apresentados não se encerram, há outros que tecem a trama de ser “mulher”, ser “feminina”. Um feminino que faça sentido para as mulheres, associada à consciência de um corpo que constrói conhecimento, que produz sentidos e os ressignifica, possibilitaria a construção de uma vida de acolhimento as suas necessidades e valores.

3. OS USOS E ABUSOS DA NOÇÃO DE EMPODERAMENTO

A noção de empoderamento tornou-se uma panaceia e seu uso muito popular nos dias atuais. O termo “empoderamento” circula em propagandas publicitárias de agências financeiras, políticas de governo, campanhas de empresas, nomes de revistas, de lojas, de projetos, movimentos pelos direitos das mulheres e dos idosos, entre outros.

Os debates sobre a conquista da liberdade, emancipação, autonomia e os direitos da mulher na contemporaneidade, remetem a noção do empoderamento. Neste capítulo, primeiramente, apresentam-se as matrizes históricas do empoderamento: o feminismo negro, a Decolonial, a Psicologia comunitária, a saúde mental. Na sequência descrevem-se os diversos usos do empoderamento encontrados em duas bases de dados e os maus usos do conceito.

3.1 Matrizes do Conceito do Empoderamento

Para conhecer como esse conceito foi construído utiliza-se o conceito de matriz apresentado por Hacking (1999). Esse autor entende que para se conhecer algo é preciso levar em consideração as ideias que foram construídas nesse processo, tudo que dá sustento a esse objeto e aos seus elementos. De acordo com Spink (2010, p. 17) “uma matriz engloba pessoas, instituições, formulários que tem que ser preenchidos, fotografias que têm que ser tiradas e passaportes. Há assim, uma materialidade aí implicada que faz com que um rótulo efetivamente construa esse objeto”. Sendo assim, é importante ter conhecimento sobre a ideia ou objeto que está sendo construído nesse processo, como também a necessidade de se trabalhar de forma ampla, incluindo os elementos que dão sustento à ideia que está sendo construída.

Dessa forma, destacou-se as origens do uso da noção de empoderamento, ou seja, os usos que construíram o conceito. Reuniu-se as origens históricas que se considera importantes para a compreensão do conceito.

Uma das versões da noção de empoderamento emerge nos anos 1970 nos Estados Unidos com os movimentos de direitos civis, através do movimento da valorização do poder negro e a conquista de uma cidadania absoluta.

Para Patrícia Hill Collins (2019), pensadora e ativista do feminismo negro, empoderar requer mais que a transformação individual das mulheres negras, pois demanda estratégias de desenvolvimento da comunidade negra. Para ela, o empoderamento exige a transformação das injustiças sociais como as que os afro-americanos vivenciam de geração em geração.

O pensamento do feminismo negro ressaltou a importância do empoderamento, através do ativismo das mulheres negras nos Estados Unidos, pelas mudanças das injustiças sociais. Para essa autora, o feminismo negro não é uma adição ao feminismo, mas, parte de uma perspectiva de reflexão de projetos e abordagens que tratam das opressões estruturais, a partir de formulações políticas de mulheres negras.

De acordo com Collins (2019), o feminismo negro traz duas contribuições importantes para uma política de empoderamento. A primeira é a transformação na forma de se pensar as relações de poder injustas, ao considerar os paradigmas de opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, dando importância à ação individual e coletiva das mulheres negras, ligadas a tais opressões. Em segundo lugar, o feminismo negro debate questões acerca da dinâmica do poder como conhecimento, ou seja, possibilita às afro-americanas

novos conhecimentos sobre as suas próprias experiências como experiências empoderadoras (Collins, 2019).

Para Collins (2019), a importância da autodefinição das mulheres negras é uma estratégia para o combate a *invenção da mulher negra* pelo olhar colonizador. Nesse sentido, Berth (2019) salienta a importância do pensamento do feminismo negro não como supérflua manifestação identitária, mas, como importante contribuição para a reestruturação social a partir de necessidades de grupos minoritários.

Berth (2019) enfatiza o lugar de fala como além de um instrumento de luta, um preenchimento de lacunas impostas pelo pensamento universal. A autora citada acrescenta que o empoderamento é a continuidade do processo que garante que essa existência requerida pelo lugar de fala se desenvolva para a libertação de mulheres negras e de sujeitos oprimidos. Nesse cenário, a discussão do empoderamento assume uma dimensão mais ampla, envolvendo questões interseccionais e estruturais, como o racismo sofrido pelas mulheres negras.

Os estudos de Paulo Freire (1987) sobre a realidade de grupos oprimidos podem ser considerados uma referência à teoria do empoderamento. Na teoria da conscientização como prática para a libertação e a estratégia de atuação de grupos oprimidos, afirma que os grupos subalternizados deveriam empoderar a si próprios, em vez de receber ferramentas para se empoderarem. Essa prática se iniciaria com a conscientização crítica da realidade aliada a uma prática transformadora.

Para Berth (2019, p. 51), deve-se pensar o empoderamento como: [...] “conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam”.

O lugar da mulher negra nessa perspectiva é visto não mais como um lugar marginalizado, mas como um lugar de potência. Por este moti-

vo, objetiva traçar estratégias de superar as opressões estruturais, como a ampliação do conceito de humanidade. A ênfase se dá na reivindicação da identidade vitimada como instrumento de luta, saindo do lugar inerte que não promove a descolonização política (Berth, 2019).

A necessidade de contrapor uma identidade vitimada ao que é chamada no feminismo negro como resistência militante, é se pensar formas de superação, ou seja, empoderamento da comunidade negra para a superação dos obstáculos trazidos pelo racismo e sexismo. Para isso faz-se necessário a conscientização da realidade em que o grupo se encontra, de desvelar as desigualdades para que o grupo se empodere e transcenda (Berth, 2019).

Assim, a autora define empoderamento como: [...]” um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas” (Berth, 2019, p. 54).

A autora acrescenta ainda que o conceito visa: “a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser” (Berth, 2019, p. 54). E finaliza dizendo que a *consciência crítica* é condição inerente ao empoderamento.

O feminismo negro é um divisor de águas para a luta feminista, uma vez que coloca em discussão o feminismo universal, criado por mulheres brancas dentro do feminismo e ressignifica todo o trabalho de empoderamento, que abarca outros entendimentos como opressões em outros níveis (Berth, 2019). O pensamento do feminismo negro atravessa dimensões importantes sobre o trabalho de empoderamento, ao mesmo tempo em que denuncia a interligação entre essas dimensões e a não dissociação dos processos individuais dos processos coletivos.

Segundo Curado (2008), a noção de empoderamento como projeto político feminista, foi usado em 1985 pelas mulheres dos países em desenvolvimento do hemisfério sul, pela articulação internacional de mulheres Alternativas de Desenvolvimento das Mulheres da Nova Era (DAWN), sediada na Índia. O propósito era analisar a situação das mulheres no mundo e construir uma visão de uma sociedade alternativa, onde não existiria desigualdades baseadas em classe, gênero, raça em nenhum país (Fonseca, 1999).

Nesse projeto as mulheres expressaram os seus desejos do direito a satisfação das necessidades básicas e a eliminação da pobreza e da violência. Além da redefinição do papel reprodutivo da mulher, como por exemplo, os cuidados das crianças e da família partilhados às mulheres, aos homens e à sociedade em geral (Fonseca, 1999). Para que a nova era imaginada pelas mulheres na DAWN ocorresse, seria preciso uma reformulação das estruturas de subordinação que são adversas às mulheres. O que significaria uma mudança nas leis, códigos civis, o direito à propriedade, o controle sobre os corpos e nas instituições sociais pautadas no patriarcalismo.

Dentro dessa perspectiva Decolonial, outro uso dado aos processos de empoderamento é apresentado por Curado (2008) onde admite-se que as causas da subordinação das mulheres se dão não somente em função da opressão masculina, mas, também pela opressão colonial e neocolonial. Saliencia que as diferenças entre classe, raça, etnia devem ser consideradas nas propostas de transformação social. O empoderamento significa também autoestima, mobilidade social e experiência de bem-estar, que são constrangidas pelo modo em que raça e etnia, gênero e idade limitam o acesso aos recursos econômicos e poder político.

De acordo com Socióloga colombiana Magdalena León (2007) o termo empoderamento ganhou espaço e se popularizou, abrindo

caminho para a sua aplicação em âmbito nacional, comunitário e internacional. No início era de uso exclusivo das feministas, com a sua propagação, passou a ser utilizado nos estudos das comunidades, nas agências financeiras e de governo. Segundo León:

El uso del término empoderamiento por parte del Movimiento Social de Mujeres apareció en la década de los años 80. El Movimiento de Mujeres a nivel internacional, mediante un diálogo contestatario y rebelde con los modelos de desarrollo que habían invisibilizado a las mujeres, cuestionó los modelos y colocó el concepto en la agenda pública. ¿Cómo? Mujeres académicas interpellaron los modelos de desarrollo sesgados y plantearon la necesidad de que nos tuvieran en cuenta: que se visibilizaran nuestras necesidades e intereses (León, 2007, p.4).

A partir disso surgiram discussões acerca das necessidades e interesses das mulheres em práticas e estratégias que garantissem o direito ao cumprimento das necessidades materiais, priorizando melhorar as condições de vida da mulher através de ações como a luta por um melhor salário, por moradia, o direito a creche para os filhos, bolsas de estudos etc. Ainda de acordo com León:

La visión feminista vio el empoderamiento como la vía para satisfacer necesidades estratégicas de género, o sea, aquellas que se relacionan con la abolición de la división sexual del trabajo y remoción de formas institucionalizadas de discriminación. Es decir, el empoderamiento como transformación de estructuras de subordinación. O sea, como un proceso de emancipación (León, 2007, p.4).

Para León o empoderamento deve ser pensado enquanto um processo que objetiva a emancipação da mulher, transformando as relações de gênero e garantindo condições de igualdade para as mulheres.

A reconhecida Psicóloga comunitária mexicana Maritza Montero (2006) apresenta o termo fortalecimento em substituto a palavra empoderamento. Segundo a autora, na América Latina desde o final da década de 70 já se discutiam sobre o fortalecimento ou empoderamento e o surgimento no idioma inglês do neologismo atual produziu uma cópia automática da denominação, mesmo em áreas onde essa discussão já existia (Montero, 2006). Essa importação pode ter ocorrido por um lado, devido à influência americana e por outro, até então, o termo não possuía um caráter central ou uma teoria desenvolvida a partir dele. Talvez seja por esse motivo que alguns autores preferem adotar a palavra em sua versão em inglês direta e sem tradução (Montero, 2006).

O termo empoderamento nem sempre coincide com o que se entende por fortalecimento. A diferença reside na origem atribuída ao profissional, ou seja, não há domínio ou controle sobre os eventos de importância para a pessoa (Montero, 2006).

O fortalecimento enfatiza o caráter coletivo, o caráter libertador, o controle e o poder centrados na comunidade e em seus membros, sobretudo, denuncia a presença de atores sociais que incidem em sua realidade e nas mudanças que ocorrem nela (Montero, 2006). Desta forma, a autora citada define fortalecimento numa perspectiva da comunidade, como sendo:

[...] como el proceso mediante el cual los miembros de una comunidad (individuos interesados y grupos organizados) desarrollan conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida, actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de su entorno según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo a sí mismos. (Montero, 2006, p. 68).

De forma breve e apenas a título de apresentação, o processo do fortalecimento apresenta alguns componentes e “passos”. Os compo-

nentes são: o intrapessoal, o interativo e o comportamental. Os “passos” ou fases são: desenvolvimento, compreensão crítica acerca das forças sociais e políticas que compõem o nosso mundo e o terceiro passo é a ocupação no espaço público, isto é, a participação na vida pública da nossa sociedade (Montero, 2006). A respeito do conceito de fortalecimento, Montero (2006) assinala que:

[...] suele darse por sentado qué se entiende por fortalecimiento, como si se tratara de una noción unívoca de sentido universal no discutido ni discutible. Obviamente, al referirnos a un concepto tan ligado a la praxis, al contexto y, por lo tanto, también a un tiempo específico, el problema para definirlo deriva de la necesidad de situarse a la vez en lo general y en lo particular (Montero, 2006, p. 64).

O psicólogo comunitário Eduardo Vasconcelos (2013) estudou em sua tese de doutorado que apresenta em seu livro “Empowerment: o poder que nasce da dor” o conceito de empoderamento articulado a práticas antidiscriminatórias no campo da saúde mental. O autor citado analisa práticas anticoercivas e integrativas aos usuários dos serviços de saúde mental, bem como seus familiares. Práticas que visam a reinserção dos usuários à vida social mais ampla, que pretendem transformar as relações baseadas na discriminação e segregação das pessoas com transtorno mental. Vasconcelos (2013) acrescenta a essa discussão a necessidade de se avançar na esfera das práticas micropolíticas, da participação social, das relações de poder às relações com o campo da saúde mental.

Assim, Vasconcelos (2013), enfatiza que a apropriação do conceito de empoderamento ao contexto brasileiro permitiu identificar diferentes estratégias e níveis de práticas de empoderamento no campo da saúde mental, tais como, o cuidado de si, a ajuda mútua, a defesa de direitos, a militância social e política.

3.2 Problematicando o “poder” - da noção em(poder)amento

Curado (2008) argumenta que a noção de empoderamento é baseada no conceito de poder de Foucault (1985) que é entendido como constelações dispersas de relações discordantes, compostas pelo discurso nos campos de forças, ao contrário ao conceito de poder social unificado, centralizado da Democracia Ocidental.

Curado (2008) localiza o conceito de empoderamento:

Considera-se que essa noção de empoderamento situa-se no marco das teorias da modernidade tardia, que se alinham ao construcionismo social, pois não propõe uma utopia universal como no caso dos conceitos emancipatórios da modernidade, pois agrega aspectos psicossociais, ampliando e atribuindo uma dimensão sócio-histórica ao tradicional conceito de auto-estima, da Psicologia Social individualizante (Curado, 2008, p. 48).

A autora acrescenta que a noção de empoderamento aproxima-se do paradigma foucaultiano na sua forma de abordar as relações de poder, não procurando uma causa singular para as desigualdades. Ao contrário, em uma multiplicidade de antagonismos e sistemas opressivos contextualizados e em sua forma particular é que podem ser descontruídos e transformados (Curado, 2008).

O conceito de poder adotado na noção de empoderamento é o compreendido pelo filósofo francês Michel Foucault. Para esse autor o poder não é algo que está localizado ou centralizado em uma instituição. Em seu livro “Microfísica do poder”, ele verificou que as relações de poder atravessam o nível do estado e estão presentes em toda a sociedade. Deste modo, Foucault (1979) afirma que é preciso captar o poder em suas extremidades e em suas ramificações:

[...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassam as regras de direito que o organizam e delimitam. [...] em outras palavras, captar o poder na extremidade de cada vez menos jurídica de seu exercício. (Foucault, 1979, p.182).

Foucault destaca que as relações de poder das instituições são marcadas pela disciplina, fazendo com que os corpos e a educação sejam controlados pela imposição normatizadora. Essa disciplina é uma técnica específica de poder que domina indivíduos. Assim, quando o sujeito é colocado em relações de produção é também colocado em relações de poder (Foucault, 1979). Desta forma, a compreensão de poder de Foucault atravessa as discussões feministas de empoderamento, onde o empoderamento ocorre no cotidiano, sem significativos movimentos políticos, mas, com efeitos na vida diária.

Embora tenham ocorrido transformações no contexto das mulheres ao longo dos tempos, muitas mulheres ainda não conseguem ter o controle das próprias vidas ou o possuem de forma reduzida. Os pequenos poderes que possuem que permitem romper em algum momento a hegemonia masculina são poderes desiguais (Costa, 2012).

O poder compõe todos os níveis da sociedade, atravessando as relações interpessoais ao nível estatal. O poder é inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais, encontrando-se em constantes conflitos de interesses. As relações de poder se mantêm porque há dominadores e dominados numa relação social que nega a realidade de desigualdades, que é produzida por fatores como a socialização, as crenças religiosas etc. (Costa, 2012).

Lisboa (2008) argumenta que o empoderamento sob a perspectiva feminista é um poder que afirma, valoriza e reconhece as mulheres. O “poder” enquanto relação social, presente no termo empodera-

mento, geralmente vinculado ao estado, pode ser fonte de opressão, abuso e autoritarismo. Segundo a autora, para o feminismo o “poder” é utilizado como uma forma de emancipação e resistência. Dar poder dentro desse viés é estimular em um algum nível a autoaceitação de características culturais e estéticas (como, por exemplo, características estéticas negras), herdadas que lhe é inerente, para assim, munido de novas percepções críticas sobre si e sobre o mundo, consciente de suas habilidades de ação, criar poder ou ferramentas para atuar no meio em que vive em prol do coletivo (Berth, 2019).

O conceito de poder adotado pelo empoderamento e exposto aqui é a síntese do poder que deve ser desenvolvido no processo do empoderamento, utilizado pelas teorias do feminismo negro e interseccional. Nessa perspectiva, o poder no empoderamento não se faz retirando o poder de um para dar ao outro, como se invertendo os polos e sim, de uma postura de enfrentamento das condições de opressão para eliminação de situação injusta de existir em sociedade (Berth, 2019).

Alice Costa, pesquisadora do Programa de Estudos de gênero da Universidade Federal da Bahia (2012), define empoderamento como um mecanismo pelo qual as pessoas, comunidades e organizações possuem controle de sua vida, de seu destino, tomam consciência de sua competência para criar, produzir e gerir. De acordo com a autora, nos projetos de empoderamento é preciso que se faça a distinção entre a noção de condição e posição social. Desta forma ela distingue:

“Posição” é compreendida como o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder; e a “condição” é compreendida como o estado material em que se encontram as mulheres em relação ao homem, seja em sua condição de pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso

à saúde pública e à tecnologia moderna, educação e capacitação, além da sua excessiva carga de trabalho (Costa, 2012, p. 5).

Pode-se refletir que o empoderamento também é ligado a prática e ao contexto onde ele ocorre. Isso explica os vários usos da noção, muitas vezes parcializando ou reduzindo o conceito, sendo útil para a compreensão das circunstâncias temporais e espaciais onde ele é aplicado.

3.3 O Mapeamento da Noção de Empoderamento nas Bases de Dados

Foi realizado um levantamento nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (Capes), usando os descritores “empoderamento” e “mulher” em uma busca na literatura, usou-se alguns filtros, como, idioma, coleções, ano de publicação e tipo de literatura. Foram usados como critério de seleção para a leitura, os artigos que tinham em seus *abstracts* as palavras “empoderamento” e “mulher”. A escolha desses descritores fez-se devido ao interesse da escritora em compreender o empoderamento das mulheres. Para ampliar o material bibliográfico selecionou-se nove textos que foram citados nos trabalhos encontrados nas bases de dados. Após a leitura desse material, foi elaborado dois eixos de estudos: o empoderamento nas políticas públicas e o conceito nos organismos internacionais. Seguem as discussões encontradas.

O empoderamento implica numa alteração dos processos e estruturas que reproduzem a condição de subalternidade das mulheres. Significa também uma mudança na tradicional dominação dos homens sobre as mulheres, assegurando a autonomia em relação ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como ao combate ao abuso físico e as violações (Lisboa, 2008).

Nogueira, Carvalho, Tocantins e Freire (2018), em seu trabalho sobre a participação do homem no planejamento reprodutivo, apontam que o comando da fecundidade pela mulher é considerado um dos alicerces do processo de empoderamento. Poder decidir e planejar o momento de ter filhos, garante a mulher o controle de seu corpo e da sua própria vida, o contraponto existente, é a responsabilidade da contracepção ligada exclusivamente a mulher.

Dantas, Silva e Carvalho (2004), analisaram em seu trabalho, a história de vida de uma jovem com deficiência visual, para os autores o empoderamento compõe tanto um processo individual como coletivo, promovendo o desenvolvimento de habilidades, no qual torna a pessoa ou o grupo capaz de gerir a sua própria vida de acordo com seus interesses pessoais e ou coletivos. A concepção do empoderamento amplia as discussões sobre a compreensão da democracia, os direitos e a vulnerabilidade das mulheres.

Ao estudar sobre o empoderamento na trajetória de diretoras do ensino superior em instituições privadas, Gontijo e Melo (2017) apontam que o processo de empoderamento é moldado individualmente com base nas experiências próprias, nos contextos e histórias de cada um. De acordo com os autores, a mulher que passa pelo processo de empoderamento, acredita que pode lidar com eventos, situações, pessoas com os quais ela confronta. Desta forma, é imprescindível para os autores a análise individual da vida das mulheres e não perder de vista que o empoderamento não possui um começo delineado e um fim com experiências semelhantes para as mulheres.

Friedmann (1996 como citado em LISBOA, 2008) inclui um terceiro tipo de empoderamento, o empoderamento social. Este empoderamento prevê acesso a instituições e serviços e a capacidade de poder a nível público.

Dantas e cols. (2014) em seu estudo sobre o processo de empoderamento na vida de uma mulher com deficiência visual, utilizando-se da história oral como metodologia, seguiu quatro dimensões da história de vida na pesquisa, são elas: 1) família; 2) educação; 3) trabalho e 4) vida social. Os autores concluíram que houve um processo de empoderamento revelado na vida da participante estudada, pois em todas as dimensões ela possuía poder de gestão e decisão sobre a sua própria vida.

Os autores Landerdahl, Vieira, Cortes e Padoin (2013) demonstram, em seus estudos de empoderamento feminino mediado pela qualificação na construção civil, duas vertentes do empoderamento: o psicológico, social ou comunitário. Segundo os autores o primeiro é definido como um controle sobre a própria vida, o que as pessoas sentem, como por exemplo, o sentimento de pertença a grupos, não sendo necessariamente decorrente de uma ação coletiva. Sobre isso, Carvalho (2004) acrescenta:

Influenciando esta formulação encontramos uma perspectiva filosófica individualista que tende a ignorar a influência dos fatores sociais e estruturais; uma visão que fragmenta a condição humana no momento em que desconecta, artificialmente, o comportamento dos homens do contexto sociopolítico em que eles encontram-se inseridos (Carvalho, 2004, p. 1090).

No empoderamento comunitário há a presença de fatores das esferas da vida social, fazendo parte deste o empoderamento psicológico (Landerdahl e cols., 2013).

3.3.1 O empoderamento nas políticas públicas

A noção de empoderamento é utilizada nas políticas públicas através de ações e projetos que pretendem melhorar a condição de vida

das pessoas. Algumas ações objetivam a garantia ao acesso dos direitos básicos como alimentação, educação e saúde, além da promoção do aumento da autoestima e bem-estar. Seguem dois estudos encontrados.

Moreira, Ferreira, Lima e Ckagnazaroff (2012) em seu estudo sobre o empoderamento das beneficiárias do Programa Bolsa à Família, analisam o empoderamento através dos seguintes níveis e focos: individual, que se refere à melhoria a condição de vida, autoestima e autoconfiança; relacional ou familiar, que atende a inclusão social, educação, capacitação e melhoria nas relações familiares e o contextual ou comunitário que indica a conquista e defesa dos direitos, formação de grupos e apoio e associações comunitárias.

Estudando a participação da sociedade em políticas públicas, a autora Gohn (2004), destaca que a categoria empoderamento não tem um caráter universal. Segundo a autora, tanto poderá ser utilizada para referir-se às práticas que mobilizam ou promovam grupos e comunidades, no sentido da promoção da autonomia, crescimento, melhora progressiva nas suas vidas. Também poderá referir-se à integração dos excluídos, carentes, que demandam bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. A autora argumenta que há vários fatores que determinam as diferenças dos dois tipos de processos e seus resultados, mas, o principal deles é a natureza, o caráter e o sentido do projeto social e da instituição que motiva a intervenção social.

As contribuições trazidas por Gohn (2004) elucidam que o empoderamento em seu uso possui dentro das políticas públicas, práticas distintas e promove uma reflexão acerca dos propósitos de tais projetos sociais. A teoria do empoderamento carrega em si objetivos revolucionários e muitas vezes o empoderamento invocado por agências de governo, bancos e Organizações não governamentais (ONGs) com frequência vem sendo usado como um instrumento de legitimação para se continuar a perpetuar uma ordem ou para controlar dentro de certos

marcos estabelecidos o potencial de mudanças original a essa categoria e suas propostas inovadoras.

Romano & Antunes (2002), acrescentam a essa discussão o seguinte questionamento: como pode haver empoderamento sem que ocorram mudanças nas relações de poder? Um outro ponto é como desconsiderar as dimensões políticas e ideológicas com propósito de domesticar grupos oprimidos. Segundo os autores citados, valer-se de um uso reformista e paternalista é tirar a potência para mudar o estado das coisas, mantendo-as como estão, sem alterar a distribuição de poder, para que fique concentrado onde sempre esteve.

Para que ocorram mudanças na dinâmica das relações de poder é necessário que ocorram questionamentos e conflitos, uma vez que o processo de empoderamento se faz a partir de reflexões de práticas e discursos combativos. Por outro lado, como veremos a diante, para que o processo de empoderamento ocorra é preciso a presença de alguns componentes, já citados pela autora Nelly Stromquist (2007), no caso que se apresenta, o componente econômico se faz necessário para o desenvolvimento do empoderamento. É de conhecimento que o poder econômico raramente se encontra nas mãos de grupos oprimidos e que devido a diversas injustiças são os que mais sentem o peso das desigualdades sociais.

3.3.2 O uso do empoderamento pelos Organismos Internacionais

Os usos e sentidos do empoderamento nos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fórum Econômico Internacional, são apresentados para a ampliação do debate dos diversos usos da palavra empoderamento. As críticas acerca do uso da palavra empoderamento em movimentos e

discussões feministas, se dão muitas vezes ao uso do empoderamento ligado ao neoliberalismo. Como vimos, a origem do empoderamento não ocorre nas propagandas de agências financeiras e sim nos movimentos sociais pela luta de direitos. Desta forma, seguem os usos em alguns organismos.

O Fórum Econômico Mundial (2005), comprometido com a melhoria nas condições de vida no mundo, elaborou o documento “Empoderamento das mulheres – Avaliação das disparidades de gêneros” definindo cinco dimensões para o empoderamento e oportunidades das mulheres. São elas: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional, saúde e bem-estar. Seguem as explicações acerca das dimensões:

A participação econômica refere-se em termos quantitativos da presença das mulheres no mercado de trabalho e também a termos igualitários ao valor da força de trabalho.

Oportunidade econômica diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres, atravessando a condição de trabalhadora. Internacionalmente as mulheres estão concentradas em empregos, na maioria das vezes, “femininos”, como enfermagem, magistério, cuidadora de idosos e enfermos, chamadas “segregação ocupacional horizontal” e tendem a permanecer em categorias trabalhistas inferiores às dos homens.

Empoderamento político refere-se não somente à equidade representativa das mulheres em estruturas de tomada de decisão formais e informais, como também na formulação de políticas que afetam a sociedade a qual estão inseridas. A ausência de mulheres nos governos significa que as prioridades nacionais, regionais e locais, isto inclui como os recursos são destinados, são definidos sem a participação das mulheres cuja experiência de vida em relação aos homens proporcio-

na a ela uma compreensão diferente das necessidades, preocupações e interesses.

Avanço educacional é o pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade, as mulheres não conseguem ter acesso a empregos bem pagos do setor formal, nem avançar na carreira e ter participação e representação no governo e influência política.

Saúde e bem-estar são conceitos relacionados às principais diferenças entre homens e mulheres, considerando acesso à nutrição adequada, cuidados com a saúde e facilidades reprodutivas e segurança, fatores indispensáveis a integridade pessoal.

A Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR) lançou um glossário de termos do objetivo de desenvolvimento sustentável que visa alcançar metas de desenvolvimento sustentável onde os 193 estados-membros concordaram, por unanimidade, atingir até 2030. Das 169 metas dos 17 objetivos, o objetivo 05 do glossário é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O empoderamento no glossário inclui o direito à liberdade de consciência, religião e crença; a participação das mulheres com igualdade em todos os campos sociais, como a participação no processo decisório e o acesso ao poder, o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e controlarem todos os aspectos de sua saúde; igualdade aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados, a radicalização de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas. O glossário destaca ainda a importância do governo e da sociedade criar condições de apoio nesse processo (ONUBR, 2016).

Encontra-se a definição do empoderamento na Organização Mundial da Saúde (OMS) (1998). Segundo a OMS, empoderamento é:

Um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades (OMS, 1998, p. 16).

A definição da OMS traz à tona a complexidade do conceito empoderamento. Podendo ser analisado e aplicado no nível individual e coletivo, em suas dimensões política, social, cultural e econômica. Este possui uma imensa possibilidade de empregos, existindo certas confusões acerca das implicações na vida das mulheres nos campos sociais, econômicos e políticos.

Romano e Antunes (2002) mencionam que o conceito do empoderamento na década de 1990 foi apropriado também pelas agências de cooperação e organização financeira, como o Banco Mundial. De acordo com os autores, com essa apropriação o conceito sofreu um processo de despolitização ou pasteurização ao ser destacado sua dimensão instrumental e metodológica.

Ao lado dos conceitos capital social e capacidades, o empoderamento passou a ser um termo de disputa de ideias de desenvolvimento. Esse atravessamento do neoliberalismo na abordagem do empoderamento é empregado em seu viés individual, potencializando a pessoa a conquistar um poder pouco ou nada reproduzido no coletivo.

As agências de cooperação e organizações financeiras passaram a utilizar essa conceitualização em suas políticas e estratégias. O uso do termo não só virou moda, como também o que é mais prejudicial, sua apropriação como forma de legitimar práticas muito diversas e não

necessariamente “empoderadoras” como as propostas nos termos originais (Romano & Antunes, 2002).

Nos diferentes usos da palavra está a noção de pessoas tomando poder sobre suas próprias vidas. Geralmente esse sentido encontra-se vinculado aos interesses de pessoas que lutam para a conquista de poder, pressupondo uma mudança desejada (León, 2001 como citado em Mageste, Melo & Ckagnazaroff, 2008). O uso comum do conceito como forma de agregar grupos, que desejam ter direitos e possibilidades, não apresentam, uma discussão sobre os meios e alternativas existentes para que sejam conquistados tais direitos e poderes.

Mageste e cols. (2008) compreendem o empoderamento através de um processo, sem limites definidos, com início, meio e fim. Para esses autores o processo do empoderamento possui três níveis: o individual, o relacional e o contextual. O nível individual envolve a conscientização da mulher de sua subordinação, esse nível compreende também as ações em prol a mudanças individuais e coletivas. O nível relacional inclui as relações com outros atores, que vai além do individual, engloba o contexto e as relações de poder que a pessoa está inserida. No nível contextual estão inseridas questões que abarcam bem-estar, segurança econômica, reconhecimento individual, social e coletivo.

Esse processo é compreendido como uma espiral que se amplia e é interligada e circundada pelas relações de poder. Assim, encontram-se ligados, interferindo e exercendo pressões mútuas.

De acordo com os autores citados anteriormente, as modificações em um dos níveis mobilizam mudanças e adaptações nos demais e assim respectivamente. Desta forma a transformação na estrutura de poder é lenta e gradual. O processo de empoderamento pode ter início em qualquer instância e é completado quando consegue atravessa os demais (Mageste e cols., 2008).

3.4 Alguns Abusos do Uso do Conceito Empoderamento

Nas discussões anteriores, apontou-se a origem da noção do empoderamento e os diversos usos na produção acadêmica, na prática em grupos, comunidades e instituições públicas e financeiras. Com a popularização do termo, encontra-se seu uso em vários contextos, sejam eles propagandas publicitárias, políticas privativas e de governo, tendo como público alvo as mulheres. Nessa seção, apresentam-se algumas formas do uso do conceito, instituições que objetivam promover seu produto, sua ideia, empresa etc.

Inicia-se essa discussão com a matéria de um jornal local do estado do Rio Grande do Sul (Rego, 2018), que exibia em sua primeira folha a seguinte notícia: “Vamos empoderar os bancos menores”. A matéria acima citada tratava da promoção à queda do custo do crédito no país, intencionado a níveis comparados internacionalmente. A proposta era atacar os custos para fazer as taxas de juros cáirem, através da competição entre os bancos. E para que isso acontecesse o governo pretendia “empoderar bancos pequenos e médios”.

Nessa estratégia econômica citada podemos perceber o uso do empoderamento de forma não adequada às suas origens, bem como em sua composição e parâmetros. No relato histórico apresentado nesse trabalho, observaram-se as causas sociais ligados ao nascimento do termo, como por exemplo, o feminismo negro e a DAWN. Além disso, o empoderamento tem como objetivo empoderar pessoas, grupos e potencializar o coletivo. O processo inicia-se e deve atingir os grupos de iguais, num efeito em espiral, no qual, nunca termina.

Diversas agências bancárias apostam no conceito de empoderamento em suas campanhas para a promoção de seus produtos e a melhora do conceito de sua marca. Em uma dessas campanhas, uma empresa bancária utilizou o slogan: “#MULHERESPRAFRENTE” o movimento

contava com eventos e a participação de pessoas famosas do teatro e televisão. Em 2018 a agência bancária organizou um evento que contava com várias frentes de discussões para seus participantes. O título de um painel discutia sobre: “Mulheres falam de dinheiro: o que você precisa saber sobre empoderamento financeiro”. Como foi apresentado, o processo de empoderamento envolve alguns aspectos e um deles é o componente econômico. No entanto, não temos um processo de empoderamento de forma isolada com a ausência de seus outros componentes. No caso acima citado, o empoderamento está sendo usado excepcionalmente no sentido neoliberal. O risco que se corre nessas reduções é a banalização do termo e a simplificação de seus significados e origens. Além disso, o fator econômico é um dos componentes do empoderamento. Entretanto, é preciso que outros componentes estejam presentes para que o processo ocorra.

Outro exemplo vem da campanha publicitária de uma empresa de produtos de beleza. A campanha intitulada: #Belezaquefazsentido defendia o empoderamento da mulher e objetivava aprofundar o relacionamento entre as suas revendedoras. A empresa trazia debates sobre a independência da mulher, posicionando a marca em pautas sobre o empoderamento feminino. Em uma das campanhas a marca utilizou suas revendedoras como garotas-propagandas, apresentando os seus depoimentos que traziam relatos de independência financeira e conquistas. A estratégia publicitária tinha como objetivo mercadológico construir um discurso que promovesse a marca dentro do que estava sendo proposto, o empoderamento feminino.

Os exemplos apresentados demonstram como o conceito de empoderamento pode ser usado de acordo com os interesses das instituições capitalistas neoliberais, distante do seu sentido social originário. Tal uso distantes das suas raízes, suas composições, parâmetros e complexidade, faz com que o conceito perca a sua legitimidade e seja banalizado, perdendo sua força política de transformação social.

Ao mapear os usos do conceito empoderamento observou-se que a noção parece conter uma plasticidade expressa em diversas práticas discursivas. Na maioria dos textos consultados os autores fazem um uso do conceito para avaliar a situação e posição das mulheres em projetos, programas e políticas públicas.

Stromquist (2007) define alguns parâmetros do empoderamento, são eles: a construção de uma autoimagem positiva; para pensar criticamente; coesão grupal; tomada de decisões e a ação. A autora Stromquist (2007), inclui ao conceito de empoderamento os seguintes componentes: cognitivo, psicológico, político e econômico.

O componente cognitivo diz respeito à compreensão das mulheres em relação à sua subordinação e as causas desta na sociedade. Refere-se à compreensão de se fazer escolhas, mesmo quando elas vão de encontro com as expectativas da sociedade. Envolve também ao conhecimento dos direitos legais, sobre a sexualidade, as relações conjugais, etc.

Sobre o componente cognitivo, Cortez e Souza (2008) apontam que o empoderamento implica, em admissão das restrições sociais a que a mulher está submetida e da necessidade de mudança dessa situação, por meio de transformações num contexto amplo e também em contextos mais específicos.

O componente psicológico refere-se aos sentimentos que as mulheres podem utilizar na vida social e pessoal para melhorar sua condição, envolve autoconfiança e autoestima.

O componente político inclui a análise sobre o ambiente em que vive em seus aspectos políticos e sociais, desenvolvendo a capacidade de promover mudanças.

O componente econômico inclui a independência econômica da mulher, esse componente do empoderamento apoia o componente psicológico.

Acredita-se na importância no desenvolvimento dos componentes apresentados pela autora Stromquist (2007) onde o componente psicológico se torna fundamental para o processo de empoderamento das mulheres. Através dele e por meio da gestão de sua própria vida, do controle de seus corpos, traduzido em escolhas, a mulher pode expressar sua liberdade de decisão, rompendo a linha fronteira do não permitido, atravessando limites e barreiras de ações normatizadoras tecidas para o feminino ao longo dos tempos e construir, a partir daí, outras maneiras de ser mulher em nossa sociedade.

Traz-se a reflexão acerca dos desgastes, mal-uso e a trivialidade que o conceito tem sofrido recentemente. Sobre esse aspecto Rissel, citado por Carvalho (2004) nos diz que a carência de um embasamento teórico consistente e as muitas interpretações sobre o empoderamento na literatura, são aspectos que dificultam a utilização desse termo em um campo específico.

O empoderamento é um processo que se inicia sem garantias de um término, tendo em vista a importância de sua composição social. Isto é, o empoderamento dos grupos sociais que vivenciam condições semelhantes. Para que o processo comece é preciso que existam meios, formas “empoderadoras”, ou seja, criar espaços, oportunidades e estratégias de empoderamento. Não é possível alguém empoderar a si mesmo de forma individual e isolada.

Faz-se necessária a construção de formas e possibilidades para o despertar do processo de empoderamento. Não perdendo de vista a sua não linearidade de ocorrência e as suas complexas interferências.

Talvez o processo de empoderamento seja também uma resistência à dependência e subordinação da mulher, possibilitando condições para a construção de novos sentidos, desconstruindo e reinventando novos caminhos para a sua vida.

4. O CAMINHO DA ESCRITA

O caminho das reflexões e discussões apresentadas nesse livro, se fez no próprio caminhar. Não foi traçado um trajeto para dar passos em direção ao fim, ao contrário, foi se construindo ao longo de todo o processo e desde a escolha do tema, a busca de material literário, as revistas pesquisadas, filmes assistidos, matérias de sites, conversas informais. Assim ele foi ganhando contornos. A abordagem do Construcionismo Social proporcionou a liberdade de não buscar “verdades absolutas” sobre os temas estudados, dando espaço para a curiosidade da escritora em conhecer as diversas narrativas que foram emergindo.

A escrita teve “oxigênio” pulsou em um ritmo próprio, fluindo e dando espaço para todos os seus interlocutores, assim, como na arte, onde a expressão do artista nasce de um espaço criativo, da liberdade e da sua entrega. Não há caminhos pré-determinados e um roteiro a se seguir, o que há é o próprio existir!

Para compreender a postura de conhecimento em uma perspectiva do Construcionismo Social. Apresentam-se as seguintes ferramentas: a concepção do campo-tema, o levantamento na literatura, e os modos construídos para a confecção do presente livro.

4.1 O campo-tema

O termo comumente utilizado em pesquisas é “pesquisa de campo”, com isso se quer dizer que a coleta de dados ou a observação ocorreu na vida cotidiana, ou fora dos laboratórios. Numa perspectiva construcionista, usa-se a noção do campo-tema para dizer que estamos “no campo”. Essa proposta leva em conta a visão de campo de Lewin

(1936) onde o campo é um espaço de fatos psicológicos e o conceito de matriz de Haking (1999). O conceito de matriz diz que para se conhecer algo é preciso levar em consideração as ideias que foram construídas nesse processo e tudo que dá sustento a esse objeto e seus elementos. O campo-tema não é um lugar específico, onde o pesquisador vai ao encontro com o seu objeto de estudo, ele se refere a tudo que é situado a própria pesquisa (Spink, 2003).

Na visão do campo-tema inclui-se tudo que diz respeito ao processo de conhecer a busca por material seja ele acadêmico ou não, documentos públicos, telejornais, revistas de conteúdo geral, filmes, músicas, vídeos caseiros, toda a forma de conhecimento é importante. Compreende desde conversas informais sobre o tema, a busca na base de dados e na literatura, não há diferenças entre teoria e campo, tudo compõe o campo-tema. Este não é visto como um lugar específico, mas, como a situação atual de um assunto, assim, não é o campo que tem um assunto, mas, o assunto que tem um campo (Spink, 2003).

Situando o nosso campo-tema, não há um campo independente das mulheres que dançam o ventre, um lugar específico que você pode ir lá e dizer que este é o campo da dança do ventre. O campo é um processo contínuo e multi-temático, no qual há mudanças e transformações. Assim, não existe um campo independente da dança do ventre porque já estamos, mesmo que não esteja no Egito Antigo ou fazendo parte de um grupo de dança, por exemplo. Acerca desse aspecto, Spink (2003) aponta: “ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes também formamos parte do campo: parte do processo e de seus eventos no tempo” (p. 25).

Ser parte do campo não é um fim de semana de imersos no objeto de conhecimento e muito menos o levantamento de dados em algum lugar, mas, antes de tudo, é ter a convicção de como Psicólogos sociais estamos no campo-tema porque acreditamos que podemos ser

úteis (Spink, 2003). O campo não é um lugar específico, com contornos e limites, por isso estamos sempre em múltiplos campos, variamos enquanto a centralidade no campo, mas, sempre temos acesso a uma parte das ações que o produzem ou reproduzem.

Deste modo, quando estudamos e desejamos entender algo, nós não estamos indo ao campo, porque já estamos no campo. Já estamos no tema. Entramos nos lugares quando entramos nos debates e saberes e não quando entramos, por exemplo, numa comunidade indígena. Assim, está em campo, desde a escolha do tema, do levantamento bibliográfico, de toda a busca na literatura que trata da temática, dos saberes existentes e da procura por conhecer outros debates e discussões.

A partir disso, o nosso campo-tema contou com conversas informais, a procura da literatura, filmes, vídeos, matérias de jornais e revistas, novelas, que tratam da história da dança do ventre, sua cultura e seus contextos políticos, após isso, localizou-se quatro sentidos da dança do ventre, que foram apresentados no primeiro capítulo.

Faz parte do campo-tema o contato realizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no qual solicitou-se a quantidade de pessoas de origem ou descendência libanesa, palestina, israelense que residiam em Campo Grande. Buscávamos compreender a influência na cultura local. Foi feito um contato com o cônsul do Líbano, mas, sem sucesso, não conseguiu-se informações ou bibliografia que pudessem contribuir. Foi efetuada uma busca na base de dados Sículo e Capes para entender como conceito de empoderamento estava sendo estudado na academia e a polissemia de sentidos construídos nos diversos trabalhos e áreas. Após esse levantamento separou-se o conceito em matrizes históricas e construíram-se dois eixos para o uso do conceito, além de identificar os abusos do uso por agências financeiras e empresas de beleza.

Para compreender os sentidos do feminino, buscou-se na literatura de clássicos feministas, principalmente da segunda onda, por iniciarem as discussões sobre a identidade da mulher e a problematização do feminino. A partir disso, discutiu-se acerca da categoria mulher e o conceito de gênero. Identificou-se a partir dessa literatura feminista, três sentidos clássicos do feminino.

Desta maneira, desde o momento que se intenciona trabalhar com o tema o pesquisador está em “campo-tema”, em uma arena tumultuada, de diversos argumentos, artefatos, sociabilidades e materialidades. Os questionamentos e curiosidades estão sempre em tensão, dentro de forças psicológicas que se alteram e transformam, o campo-tema e a mim mesma.

Considerações Finais

Ao revisitar o caminho até se chegar aqui, percebi o quanto trabalhei na busca de compreender as narrativas que circulam sobre o tema por meio da literatura, dos livros, artigos e conversas informais com mulheres. A curiosidade foi o impulso para entender as discussões e debates existentes. Surgiram lembranças de vários momentos. Desde a escolha do título, os motivos, por onde começar? Eu me lembro do momento que desejei estudar sobre o empoderamento e a dança do ventre. Com toda certeza vivi um processo de transformação pessoal e intelectual no decorrer dessa produção. Me emocionei, senti angústia, dúvidas e alegrias.

O questionamento inicial que mobilizou esse estudo - a dança do ventre e o empoderamento das mulheres - foi construído a cada etapa, delineando contornos e amplitude. Ganhou corpo, passos e histórias! Faço analogia a uma colcha de retalhos, onde cada pedaço, cada costura e linhas foram compondo um “tecido” em uma pluralidade de sentidos!

Consideramos importante esse estudo e identificamos suas contribuições. Primeiramente, nas reflexões da autora, para as bailarinas de dança do ventre bem como para a Psicologia no que se refere aos estudos da mulher, do empoderamento, gênero e corpo.

Sob o olhar do Construcionismo Social, o conhecimento é sempre resultado de uma construção coletiva. Por meio das nossas interações. Se não falássemos uns com os outros, não produziríamos conhecimento. Sob a visão do campo-tema, temos importantes produções nos três primeiros capítulos. No Construcionismo Social, tudo que compõe a busca por conhecer é uma produção.

Assim, em todas as etapas do caminho, produz-se conhecimento. Seja nas buscas nas bases de dados, na literatura consultada, nas conver-

sas informais, nos vídeos assistidos, filmes, músicas, revistas e nas interações com mulheres que dançam. Embora o conhecimento não represente uma realidade, há uma produção multicultural que foi construída no ato de se estudar sobre o empoderamento e a dança do ventre.

Através da localização dos tempos históricos e culturais da dança do ventre identificou-se a polissemia dos sentidos: o sentido do sagrado, entretenimento, pecado e cura. Apresentou-se também os pressupostos do Construcionismo Social, e os sentidos da dança do ventre a partir da interface dos tempos, longo, vivido e curto.

De acordo com Medrado e Spink (2013), os sentidos são uma construção social, um empreendimento coletivo e interativo. As pessoas constroem os termos a partir dos quais entendem e lidam com as situações da vida cotidiana. Essa construção se dá num contexto que perpassa questões históricas e culturais. Os processos de produção de sentido estão atravessados por interlocutores variados nos quais são endereçadas. Assim, ao identificar os sentidos da dança do ventre compreendem-se os sentidos contemporâneos e aqueles que foram ressignificados.

Conhecer a história da dança do ventre e sua polissemia possibilitou um posicionamento crítico sobre verdades construídas em tempos históricos e em culturas distintas sobre a dança do ventre. Sentidos que perduram em nosso tempo histórico, e atravessam as práticas das bailarinas. Questioná-los permite desconstruir e ressignificar, além de refletir sobre práticas que proporcionem a construção de novos sentidos para essa dança milenar.

As contribuições apresentadas aqui vão desde a discussão da categoria mulher numa perspectiva de gênero, ao mapeamento dos sentidos do feminino, a partir da literatura clássica do Feminino da Segunda Onda, atualizando com autores contemporâneos. Apresen-

tou-se o corpo numa perspectiva histórica e filosófica identificando os sentidos atribuídos ao corpo e o conceito de corpo mídia e o corpo em movimento.

Apontou-se a necessidade de um retorno às discussões da categoria mulher e a importância do rompimento da essencialização da mulher. O uso que fazemos da categoria “mulheres” é para expressar uma política de coalizão com as diferentes reivindicações referente às necessidades das mulheres. Como indicado pela autora Piscitelli (2002), uma nova formulação da categoria mulher possibilita reconhecer as diferenças entre as mulheres como também mapear as semelhanças na qual não inviabiliza a prática política.

Nas práticas discursivas das entrevistas encontrou-se a presença de sentidos de “essência” feminina, uma naturalização do feminino como delicadeza, a beleza, o corpo e o amor.

Essas discussões se tornam fundamentais para o rompimento de paradigmas construídos sobre a mulher sob a égide do patriarcado e da permanência da submissão da mulher. Para as mulheres que dançam o ventre, as discussões acerca da construção do feminino podem possibilitar um posicionamento crítico sobre o lugar que ocupam e mudança nos pontos de vistas sobre a naturalização do feminino. Criticar esses valores construídos para a mulher pode questionar a autoconsciência, o posicionamento da mulher na sociedade e buscar a autonomia e a liberdade de escolha.

Os preconceitos na dança do ventre se fazem numa perspectiva de um corpo objeto para a sedução do homem. Em outras palavras, do corpo subordinado e direcionado ao desejo do outro. Esses preconceitos são presentes na dança do ventre. Lidar com esses sentidos se torna um desafio para as bailarinas e requer conhecimentos sobre a história da dança, exigindo enfrentamento e resistência por essas mulheres.

As discussões sobre o corpo, foram realizadas a partir de um traçado do corpo na Filosofia onde identificou-se os sentidos produzidos no decorrer da história. Durante o percorrer da história, o corpo foi subordinado e marginalizado ganhando um sentido negativo. De acordo com Salvador (2011) a evolução do pensamento sobre o corpo acompanhou a evolução da humanidade, especialmente nos aspectos em que a religião e política controlaram e ditaram regras de condutas, impondo certos e errados.

As discussões em relação ao corpo trazem à tona o sentido negativo dado à dança, especialmente à dança do ventre. Apresentou-se a vertente histórica do corpo à margem que deveria ser domado em favor da razão. Esses sentidos influenciaram proporcionalmente os sentidos da dança. Salvador (2011) ressalta que os estudos do corpo progrediram juntamente com os estudos da dança. Por outro lado, a religião e a política viam com bons olhos o balé clássico, modalidade de dança em que o corpo se mantém rígido e controlado. As bailarinas clássicas no palco representam o corpo perfeito, o corpo mecânico e são vistas como verdadeiras deusas do movimento.

Sob um ponto de vista Decolonial, o balé exalta a imagem de uma mulher sublime e pura no qual reafirma um padrão de beleza feminina não real a partir da imagem de uma mulher sempre sobre as sapatilhas, magra e com padrões ocidentais de beleza (Salvador, 2009). O balé desde a sua origem é uma dança pouco acessível às pessoas, exige muita técnica, prática e um modelo corporal fixo. Essa dança nasce em um contexto ocidental, de raças brancas e de alto poder aquisitivo, diferentemente das danças orientais, do continente africano ou de matrizes mistas e negras.

Nas muitas conversas com as mulheres que dançam o ventre surgiram questões sobre a padronização corporal. O corpo magro e belo não deixa de ser exigência também para quem dança profissional-

mente. O não encaixe ao corpo “padrão”, traz sofrimentos e questionamentos para a bailarina. A partir dessas narrativas, identificou-se o corpo enquanto um objeto de exposição, de desapropriação da bailarina. Apresentar as discussões sobre os sentidos do corpo e os sentidos do feminino permite incitar questionamentos às mulheres acerca do “controle” dos seus corpos, os valores de mulher e a autoconsciência da posição que ocupa em sociedade.

Os mitos identificados a partir das literaturas realizadas, ou seja, o mito da fragilidade, o amor e a beleza, construídos para a mulher, possibilitam o questionamento da mulher sobre a construção do feminino. Permitem a consciência crítica em relação a sua subordinação ao patriarcado. Proporciona às mulheres uma reflexão acerca dos padrões existentes, das limitações impostas e construídas a fim de cercear a sua liberdade, ações e a controlar seus corpos.

Realizou-se um levantamento do uso do empoderamento sob a perspectiva do conceito de matriz apresentado por Hacking (1999) marcado pela premissa que, para se conhecer algo, é preciso levar em consideração as ideias que foram construídas nesse processo. A partir disso, construíram-se quatro matrizes da origem do conceito: do Feminismo negro, a Decolonial, a Psicologia Comunitária e a Saúde Mental.

Foi realizada uma busca nas bases de dados com o objetivo de compreender o uso do conceito do empoderamento nas produções acadêmicas por meio de um levantamento em duas bases de dados e na literatura. A partir disso erigiram-se dois eixos do uso nos trabalhos encontrados: o eixo das políticas públicas e dos organismos internacionais, além de identificarmos os maus usos e abusos do conceito do empoderamento.

Por meio do empoderamento conheceram-se as versões de uso do conceito, realizando um traçado histórico que inclui o movimento

dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos de 1970, do feminismo negro e o projeto político com o Desenvolvimento das Mulheres da Nova Era (DAWN), numa perspectiva Decolonial.

É necessário incluir nas discussões as matrizes históricas do empoderamento a fim de explicitar o entendimento equivocado de sua aplicabilidade. Na contemporaneidade o uso se insere ao contexto neoliberal aplicado em campanhas publicitárias e em agências de governo, proporcionando uma compreensão liberal. Gohn (2004) aponta que o empoderamento invocado por agências de governo, bancos e organizações não governamentais (ONGs) com frequência vem sendo usado como um instrumento de legitimação para a contínua perpetuação de uma ordem ou para controlar, dentro de certos marcos estabelecidos, o potencial de mudanças original a essa categoria e suas propostas inovadoras.

Assim, acredita-se que por meio das discussões colocadas proporcionar-se-á um questionamento crítico acerca das origens e aplicabilidades do empoderamento, entendendo-o em sua dimensão revolucionária e provocadora de mudanças das estruturas de poder.

Apontou-se alguns parâmetros do processo de empoderamento: a construção de uma autoimagem positiva; para pensar criticamente; coesão grupal; tomada de decisões e a ação. Stromquist (2007) inclui ao conceito de empoderamento os seguintes componentes: cognitivo, psicológico, político e econômico. Os autores estudados apontam que o processo de empoderamento não apresenta uma linearidade. Ou seja, esse fenômeno não acontece da mesma forma para todas as mulheres. Mageste e colaboradores (2008) apontam o empoderamento como um processo, sem limites definidos, com início, meio e fim.

Importante incluir nas discussões a perspectiva de processo do empoderamento, que inclui os componentes já citados. Assim, destaca-

-se a complexidade do processo e a relevância de refletir sobre os parâmetros que ele inclui, possibilitando viabilizar meios e estratégias empoderadoras nos aspectos econômico, psicológico, cognitivo e político.

E por fim, identificou-se nas práticas discursivas de mulheres que dançam a polissemia de sentidos da dança do ventre: o sentido do sagrado, o sentido do entretenimento e da cura. Localizar a polissemia dos sentidos da dança do ventre a partir de conversas, filmes, novelas, permitiu compreender uma das possíveis matrizes do preconceito contra a dança do ventre, além dos reflexos da colonização Europeia no Egito e na Síria. Com a prostituição das Gawazys, em consequência a perseguição das tropas de Napoleão às bailarinas durante o século XIX, a imagem da exploração do corpo da mulher foi associada ao objeto do desejo masculino através da dança (Mattar, 2017).

Estudar a dança do ventre e o empoderamento das mulheres permitiu, em um mundo pandêmico e pós pandêmico, refletir e pensar sobre possibilidades para o bem estar psicossocial da mulher. Proporcionou uma discussão acerca da construção limitante para o feminino, permitiu refletir sobre o cerceamento da liberdade da mulher, bem como os controles construídos e mascarados em sentidos de beleza, fragilidade, amor e do corpo belo.

Ainda, possibilitou entender que os sentidos do sagrado, pecado, entretenimento e cura, encontrados na dança do ventre, também cerceiam a liberdade do corpo que mexe, que treme, sensualiza e sente. Nomeando-o puro, ora pecado, ou em categorias que reprimem os desejos, sentimentos, emoções e afetos das mulheres.

Pensar em Mulheres enquanto um projeto de coalizão que atenda às inúmeras demandas políticas, sociais, econômicas, necessidades das mulheres permite acreditar em um mundo de poderes e direitos iguais para as mulheres.

Um aspecto que pode ser explorado em estudos posteriores é a reflexão sobre práticas e ações que permitam essa coalizão contribuindo para a equidade de gêneros e o empoderamento da mulher, promovendo ações que possibilitem a liberdade e o acesso e a garantia dos direitos. Uma coalizão que permita o movimento do corpo, da dança, do feminino construído e ressignificado em prazer, liberdade e poder!

Dança do ventre? Dança do ventre para mulheres de todos os corpos, de todas as raças, de todas as idades, dança do ventre como uma ação de potência de um corpo mídia de si mesmo. Que promova e faça cultura, ressignifique os sentidos para o corpo “feminino” que liberte o corpo de “pecado” e que seja entretenimento com o “poder” de ação! Dança do ventre para um corpo sem definições.

REFERÊNCIAS

Aragaki, S. S. (2014). Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In M. J. Spink, J. Brigagão, V. Nascimento, & M. Cordeiro (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais.

Aton, M. (2000). *Dança do ventre: dança do coração*. São Paulo: Radhu.

Beavouir, S. D (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão europeia do livro.

Berger, P. & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Garden City, NY: Doubleday.

Berth, J. (2019). *Empoderamento: feminismos plurais*. São Paulo: Pólen.

Carvalho, S. R. (2004). Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(4), 1088-1095. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000400024&script=sci_arttext

Bittencourt, A & Setenta, J. (2005). *O corpomídia que dança: processos enunciativos de significação*. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. . I Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, UFBA, BA, 2005. Recuperado de www.cult.ufba.br/enecul2005/AdrianaBittencourteJussaraSetenta.pdf Acesso em: 27.fev.21

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.

Cortez, M. B., & Souza, L. D. (2008). Mulheres (in) subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 24(2), 171-180. doi:10.1590/S0102-37722008000200006

Costa, A. A. (2012). Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *Vínculo - Revista do Nesme*, 9(1), 1-60. Recuperado de <https://docplayer.com.br/11092539-Genero-poder-e-empoderamento-das-mulheres-1.html>

- Curado, J. C. (2008). *Gênero e os sentidos do trabalho social*. Campo Grande: Editora UCDB.
- Dantas, T. C., Silva, J. S. S., & Carvalho, M. E. P. D. (2014). Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(4), 555-568. doi:10.1590/S1413-65382014000400007
- Dowling, C. (2001). *O mito da fragilidade*. Rio de Janeiro: Record Rosa dos tempos.
- Echer, I. C. (2001). A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *Revista gaúcha enfermagem*, 22(2), 5-20. Recuperado de seer.ufrgs.br/Revista-GauchadeEnfermagem/article/view/4365
- Filho, A. T. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*. (24), 127-152. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644688>
- Fonseca, R. M. G. S. D. (1999). Mulher, direito e saúde: repensando o nexos coesivo. *Saúde e sociedade*, 8(2), 3-32. doi:10.1590/S0104-12901999000200002
- Fórum Econômico Mundial. (2005). *Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero*. Geneva: World Economic Forum.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do Construcionismo Social na Psicologia moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar InTERthesis*, 6(1), 299-325. doi:10.5007/1807-1384.2009v6n1p299
- Gergen, K. J., & Gergen, M. M. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Gohn, M. D. G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e sociedade*, 13(2), 20-31. doi:10.1590/S0104-12902004000200003

Gontijo, M. R., & Melo, M. C. D. O. L. (2017). Da inserção ao empoderamento: análise da trajetória de diretoras de instituições privadas de ensino superior de Belo Horizonte. *REAd-Revista Eletrônica de Administração*, 23, 126-157. doi:10.1590/1413-2311.157.59314

Gracia, T. I. (2004). O giro linguístico. In L. Iñiguez (Coord). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais* (pp. 19-49; V. L. Joscelyne, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Greiner & Katz. (2005). Por uma teoria do corpomídia ou a questão epistemológica do corpo. In Greiner, (2005), *O corpo: Pistas para estudos indisciplinados*, Anna Blume, São Paulo, 2005. Recuperado de <http://arquivoartea.uclm.es/textos/por-uma-teoria-do-corpomidia-ou-a-questao-epistemologica-do-corpo/> Acesso em: 25.fev.21

Hacking, I. (1999). Why ask What? In I. Hacking (Ed.), *The social construction of what?* (pp. 1-34). Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Hanna, J. L.(1999). *Dança, sexo e gênero: signos de identidade, dominação, desafio e desejo*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco. 417 p.

Iñiguez, L. (2002). O construcionismo social e psicologia social. In J.B. Martins, N. El Hammouti, & L. Iñiguez (Orgs.), *Temas em análise institucional e em construcionismo social* (pp. 127-156). São Carlos: Rima- Fundação Araucária.

Jabel, J. E. (2014). *Cairo: amor, humor, solidão, xenofobia, medo, preconceito e outros bichos cabeludos*. São Paulo: Kaleidoscópio de ideias.

Landerdahl, M. C., Vieira, L. B., Cortes, L. F., & de Mello Padoin, S. M. (2013). Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 17(2), 306-312. doi:10.1590/S1414-81452013000200015

Léon, M. (2007). El empoderamiento em la teoria y practica del feminismo. In M. León (Ed.), *Poder y empoderamiento de las mujeres* (Vol. 1, pp. 75-98). Bogotá, Colômbia: TM Editores.

Lewin, K. (1936). *Principles of topological psychology*. New York: Mcgraw hill.

Lisboa, T. K. (2008). O Empoderamento como Estratégia de Inclusão das Mulheres nas Políticas Sociais. *Anais do Seminário Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 8. Recuperado de http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf.

Mageste, G. S., Melo, M. C. O. L., Ckagnazaroff, I. B. (2008, junho). Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações. *5th meeting of the Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração*, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 5. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>.

Mahaila, B. (2016). Os pilares da profissionalização em dança do ventre: história e folclore (vol. 1). São Paulo: Kaleidoscópio de Ideias.

Marconato, J. (2016). *Sagrado Feminino: Reflexões sobre os aspectos físicos, mental e espiritual da mulher*. São Paulo: Kaleidoscópio de ideias.

Marquetti, F. R., & Marquetti, F. C. (2017). Suicídio e feminilidades. *Cadernos pagu*, (49), e174921. doi: 10.1590/18094449201700490021

Martins, M. C. (2016). “E a bela danou...”: subvertendo o belo feminino dos contos de fadas. *Revista estudos feministas*, 24 (1), p. 406.

Mattar, S. (2017). *Círculo mulher: o movimento feminino ao longo da vida*. São Paulo: Oficina do livro.

Melani, R. (2012). *O corpo na Filosofia*. São Paulo, SP: Editora Moderna.

Mill, S. (2013). A sujeição das mulheres. *Revista Gênero*, 7 (1). doi: 10.22409/rg.v7i1.351

Mirim, L. Y. L. (2013). Garimpendo sentidos em bases de dados. In M. J. Spink (Ed.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Montero, M. (2006). *Teoria y practica de la psicologia comunitária. La tensión entre comunidade y sociedade*. Buenos Aires: Paidós.

- Moreira, N. C., Ferreira, M. A. M., Lima, A. A. T., & Ckagnazaroff, I. B. (2012). Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 403-423. doi:10.1590/S0034-76122012000200004
- Muraro, R., M. Boff, L. (2002). *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Muraro, R. M. (2007). *História do masculino e do feminino*. Rio de Janeiro: Zit.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 9. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. doi:10.1590/%x
- Nogueira, I., Carvalho, S., Tocantins, F., & Freire, M. (2018). Participação do homem no planejamento reprodutivo: revisão integrativa. *Rev Fund Care*, 10(1), 242-247. doi: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v10.6007
- Norwood, R. (1998). *Mulheres que amam demais*. São Paulo, SP: Arx.
- Organização das Nações Unidas no Brasil. (2016). Glossário de termos do objetivo de desenvolvimento sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>
- Organização Mundial da Saúde. (1998). *Glossary of health promotion terms*. Geneva: World Health Organization.
- Penna, L. C. (1993). *Dance e recrie o mundo: a força criativa do ventre* (5a ed.). São Paulo: Summus.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) Mulher?. In L. Algranti (Org.) *A prática Feminista e o Conceito de Gênero* (48a Ed., Vol. 2, pp. 7-42). Campinas: Textos Didáticos.
- Rego, T. (2018, abril 02). 'Vamos empoderar os bancos menores', diz Ilan. *Jornal do comércio*. O jornal de economia e negócios do rs. Economia. Recuperado de https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/economia/619914-vamos-empoderar-os-bancos-menores--diz-ilan.html

Rehbein & Chatelard, M. P. D. S. (2019). Questões críticas do estatuto da feminilidade na contemporaneidade e suas repercussões. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 35. doi:10.1590/0102.3772e35411

Roiz, D. S. (2016). A história do corpo feminino e masculino no ocidente medieval. *Cadernos Pagu*, (33), 405-414. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644936>

Romano, J. O., & Antunes, M. (2002). *Empoderamento" e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil.

Said, E. W. (2003). *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia de bolso.

Salvador, G.D. (2009). *Kaligrafia: o mito da deusa Kali revelado na dança a partir de estados alterados de consciência*. 2009. 114 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Recuperado de <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/284044>.

Salvador, G. D. (2011). *Histórias e propostas do corpo em movimento: um olhar para a dança na educação*. Paraná, SC: Unicentro, 2011. 77 p.

Sánchez, J. L. (2007). *A história cotidiana às margens do Nilo - grandes civilizações do passado*. Brasil: Folio.

Scott, J. W. (1991). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo.

Silvia, H. C. & Rey, S. (2011). A beleza e a feminilidade: um olhar psicanalítico. In *Psicologia: ciência e profissão*, 31(3). doi:10.1590/S1414-98932011000300009

Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Spink, M. J. P. & Menegon, V. M. (2013). A pesquisa como prática discursiva. In M. J. Spink & R. M. Frezza (Orgs.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Spink, M. J., & Frezza, R. M. (2013). Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da psicologia social. In M. J. Spink (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 1-21). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf

Spink, M. J., & Medrado, B. (2013). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 22-41). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010271822003000200003&script=sci_abstract&lng=pt. doi:10.1590/S0102-71822003000200003

Stromquist, N. (2007). La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In M. León (Ed.), *Poder y empoderamiento de las mujeres* (Vol. 1, pp. 75-98). Bogotá: TM Editores.

Tedeschi, L. A. (2009). A história das mulheres e as representações do feminino na história. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 924-925. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300021>

Vasconcelos, E. M. (2013). Empoderamento de usuários e familiares em saúde mental e em pesquisa avaliativa/interventiva: uma breve comparação entre a tradição anglo-saxônica e a experiência brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 2825-2835. doi:10.1590/S1413-81232013001000007

Wolf, N. (1992). *O mito da beleza: como as imagens são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>



ISBN 978-85-7613-622-4



9 788576 136224

 editora
UFMS